

Ideias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO V – nº 34 – setembro e outubro de 2011

DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Conheça a história de Jana e a luta de sua família para saber o que lhe aconteceu.
O depoimento é de sua irmã caçula, que é hoje servidora do TRT da 1ª Região.

PL 6613

O Sisejufe entra
com ação no STF
contra o Executivo.
Mobilização
de greve recomeça

GOVERNO DILMA

O que esperar
da gestão pública
federal em época
de crise econômica
mundial

REMOÇÕES

OEA e ONU acolhem
denúncias sobre
despejos forçados
no Rio. Ideias
entrevista Bittar

LÍBIA E IRAQUE

Quem constrói a
realidade imagética
dos conflitos
armados no início
do século 21

Pós-Graduação a Distância

A **SISEJUFÉ** é conveniada ao **wPós** e oferece aos associados e seus dependentes cursos na **melhor instituição de pós-graduação a distância*** do país.

Os números comprovam o sucesso do wPós!

Cursos de pós-graduação na área de Direito:

- Direito Administrativo
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Direito Constitucional
- Direito Processual
- Direito Processual Civil
- Direito do Trabalho
- Atividade Paralegal **Curso novo**

E muito outros

O wPós é:

- Mais de 100 cursos distribuídos em 15 áreas distintas
- Mais de 20.000 alunos matriculados
- Nota máxima no Enade/MEC
- Mais de 100 núcleos de atendimento espalhados pelo Brasil

É melhor. É para você.



CONVÊNIO:
SISEJUFÉ
sisejufe.org.br

www.wpos.com.br

(21) 2233-6801

atendimento.rj@wpos.com.br

Rua do Carmo, nº 08 Grupo 501-Centro- RJ

* Credenciamento MEC Portaria nº 1663 de 05/10/06.

** Desconto sobre o valor integral do curso, apenas para cheque.

Flexível,
Prático,
Econômico e
A Distância

Parcelas
a partir de
R\$ 179,00

Você ganha a **isenção de 6 parcelas**
e economiza até **R\$ 1.440,00****.

O FUTURO DO SEU PLANO DE CARREIRA COMEÇA AQUI FAÇA PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERCIDADE

Há 30 anos iniciamos nosso projeto de excelência educacional para Zona Sul. Ao longo das décadas, distribuimos essa alta qualidade de ensino para toda a população carioca. Não perca a oportunidade de ingressar na UniverCidade. Aqui, os ASSOCIADOS DO SISEJUFÉ CONTAM COM DESCONTOS EXCLUSIVOS e várias opções de especialização, equipamentos modernos, conhecimento atualizado e professores atuantes no mercado de trabalho.

ADMINISTRAÇÃO

DIREITO EMPRESARIAL E GESTÃO DE NEGÓCIOS | MBA DE VAREJO E SERVIÇOS
MBA EXECUTIVO EM GESTÃO HOSPITALAR | MBA EXECUTIVO EM GESTÃO INDUSTRIAL
MBA EM GESTÃO COM PESSOAS | MBA EM GESTÃO DE NEGÓCIOS EM MODA
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE VENDAS | MBA EXECUTIVO EM FINANÇAS
MBA EXECUTIVO EM GESTÃO EMPRESARIAL | MBA EXECUTIVO EM MARKETING
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

DIREITO

ADVOCACIA PROFISSIONAL CÍVEL E TRABALHISTA | DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL
DIREITO DO ESTADO E GESTÃO PÚBLICA | DIREITO EMPRESARIAL E GESTÃO DE NEGÓCIOS

INFORMÁTICA

ANÁLISE, PROJETO E GERÊNCIA DE SISTEMAS
MBA EM GERÊNCIA DE PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - VISÃO PMI
MBA EM ARQUITETURA E GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PROJETO E GERÊNCIA DE REDES DE COMPUTADORES
SUPORTE TECNOLÓGICO PARA MAINFRAMES

CONVÊNIO UNIVERCIDADE-SISEJUFÉ - DESCONTOS EXCLUSIVOS PARA ASSOCIADOS

INFORMAÇÕES
2536-5000
www.UniverCidade.edu

SISEJUFÉ

UNIVER
CIDADE
DE IPANEMA PARA TODO O RIO

O SUCESSO
PERTO DE VOCÊ

SIGA-NOS
facebook
twitter

Editorial

O repúdio do Sisejufe à Mensagem 355 da presidenta Dilma ao Congresso.

Página 5

Ideias entrevista

Artur Henrique, presidente nacional da CUT afirma que o Estado deve ser o carro-chefe do desenvolvimento do país.

Página 6

Gestão 2011-2014

Administração Mais Sisejufe toma posse e mais de 500 convidados celebram o início de um triênio de lutas com a perspectiva de conquistas para a categoria.

Páginas 7, 8 e 9

PCS4

Após rodada de assembleias, categoria decide por paralisação em 21 de setembro.

Páginas 10 e 11

Nacional

A segunda parte da análise da engenheira especialista em gestão pública Vera Miranda sobre a administração federal no governo Dilma.

Páginas 12, 13 e 14

Movimento Sindical

O secretário de Relações de Trabalho da CUT Rio fala sobre a Conferência Nacional sobre Emprego e Trabalho Decente, que acontecerá em maio de 2012.

Página 15

Movimento Sindical

Afinal, quem está dividindo a classe trabalhadora?

Páginas 16 e 17

PCS4

Peluso envia mensagem à Dilma solicitando informações sobre inclusão do PCS4 na proposta da LOA. Sisejufe impetra mandado de segurança no STF pela inclusão de recursos para o reajuste da categoria.

Páginas 18 e 19

Oficina Literária

Nossa colaboradora Marlene Lima volta em grande estilo com a história de uma viúva bem animada.

Página 20

Funcionalismo

Na luta pela tramitação da PEC 34, diretores do Sisejufe se reúnem com deputada federal em Duque de Caxias.

Página 21

Funcionalismo

Preguiçosos, privilegiados, marajás. Contra rótulos e estigmas, o esclarecimento e a mobilização política dos servidores públicos.

Páginas 22 e 23

América do Sul

Num Chile cada vez mais neoliberal, Carlos Latuff se sensibilizou com a resistência dos Mapuches – um povo originário.

Páginas 24 e 25



Nossa capa nesta edição número 34 de Ideias em Revista foi construída sobre a peça acima, recolhida da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Rio de Janeiro, e produzida para a Campanha pela Memória e pela Verdade. Nossa opção editorial é pertinente, ao menos, por dois motivos. Primeiro pelo belíssimo depoimento que trazemos nesta edição sobre a guerrilheira Jana, desaparecida no Araguaia. Segundo porque, ainda neste mês de setembro, poderá ser votado, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade para que essas violações sejam lembradas e conhecidas pelo povo brasileiro, pois essa é a única forma de garantirmos que isso nunca mais aconteça.

Movimento Sindical

O historiador Helder Molina escreve sobre o papel e a atualidade do sindicato enquanto sujeito coletivo.

Páginas Centrais

Resistência Cultural

O Jongo tem oficializado um dia no calendário do Rio. Nosso sindicato ajuda na campanha “Uma casa para o Jongo da Serrinha”.

Páginas 28 e 29

Gênero

Max Leone mostra que a violência contra a mulher tem caído no Rio de Janeiro.

Páginas 30 e 31

Desapercidos Políticos

A psicóloga Lorena Moroni Girão Barroso, servidora do TRT, conta a história de sua irmã Jana – desaparecida depois de fazer parte da Guerrilha do Araguaia, no combate à ditadura civil-militar de 1964-1985.

Páginas 32 a 37

Internacional

Ideias reproduz trecho esclarecedor de artigo do linguista norte-americano Noam Chomsky sobre a década dos atentados de 11 de setembro.

Página 38

Fulgência

Nosso colaborador perdeu o humor ao assistir, na TV, o roqueiro Lobão aliviar o para os torturadores e fazendo piada sobre as vítimas da repressão no Brasil.

Página 39

Mídia

Continua o movimento de criminalização das rádios comunitárias. Tatiana Lima conta como foi o fechamento da Rádio Santa Marta pela Anatel.

Páginas 40 e 41

Habitação

Nossa repórter Tatiana Lima mostra os motivos que levaram a OEA e a ONU a acolher denúncias sobre despejos forçados, expondo impasses sobre o valor social das competições esportivas na cidade do Rio de Janeiro. Ideias entrevistou o secretário municipal da Habitação, Jorge Bittar, sobre o assunto.

Páginas 42 a 47

Internacional

O povo é o grande senhor das revoluções no Oriente Médio e no Norte da África? Os jornalistas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá revelam que há outro ator de peso construindo a realidade desses conflitos.

Páginas 48 e 49

Latuff

O cartunista comenta a notícia de que a Polícia Militar recebia “o mensalão do tráfico” em comunidades de Santa Teresa para não atrapalhar o comércio de drogas ilícitas.

Página 50

Editorial

Servidores do Judiciário Federal não pagarão pela crise

Os trabalhadores do Judiciário não vão pagar pela crise econômica. O Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe) repudia veementemente o conteúdo da Mensagem 355 enviada pela presidenta Dilma Rousseff ao Congresso. Num tom político conservador e neoliberal, a presidenta tenta jogar a culpa na reposição de perda salarial contida no nosso PCS4, o PL 6.613/2009, de 56% de reposição, pela crise econômica do país. Chega a ser risível o argumento de que repondo a perda inflacionária estariam comprometidos o aumento do salário mínimo, o programa Bolsa Família e as políticas sociais em geral



Reconhecemos o esforço do governo Lula na área social, que deve continuar na gestão Dilma. Ressaltamos que é um acerto a política continuada de aumento do salário mínimo, proposta pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e confirmada com aprovação de lei no Congresso, no governo Dilma. Mas é um equívoco e um absurdo repassar a conta do investimento no social para uma categoria de trabalhadores. Com juros que chegaram ao absurdo patamar de 12% ao ano, financiando um seleto grupo de rentistas que vivem às custas do Erário, ou seja, às custas do esforço dos trabalhadores, nós, servidores do Judiciário Federal, temos a nossa mensagem: os trabalhadores não vão pagar a conta da crise. Esta receita europeia recessiva de arrocho não deu certo em lugar nenhum. A “saída” imposta pelo FMI para a crise na Grécia e em Portugal só agravou a situação daqueles

países. Conter salários, cortar aposentadorias e benefícios, extinguir postos de trabalho só gerou mais crise. É o remédio amargo que mata o paciente. Na verdade, a recessão, com perdas salariais, que diminui um prazo muito curto o déficit, jogou a Grécia num abismo já que com a diminuição da massa salarial, o mercado se retraiu e a indústria e os serviços entraram num ciclo vicioso de crise sem fim.

Não é esta a receita que queremos para o Brasil. Na crise de 2008, a Fiesp e os setores conservadores capitaneados pela grande mídia quiseram nos impor o receituário neoliberal. A CUT e seus sindicatos propuseram outra saída. Aumento do salário mínimo, cumprimento do acordo com os servidores públicos, contratação de novos servidores e pagamento de aumentos salariais a vários setores do serviço público, aumento e extensão do Bolsa Família,

aumento real das aposentadorias, desoneração do setor produtivo, sem retirada de direitos aos trabalhadores. Ganhamos a disputa ideológica e o Brasil foi o primeiro país a sair da crise, por uma razão muito simples: com dinheiro no bolso dos trabalhadores, o mercado interno se aqueceu, respondendo por 75% do consumo da indústria brasileira e garantiu a saída rápida para a crise de 2008.

Aplicar o receituário neoliberal para esta nova crise é um engano. Juros em alta e compressão de salários não vão salvar o Brasil da inflação. Ao contrário, inundarão o país de dólares, provocando recessão e falta de competitividade da indústria brasileira. Isso trará um surto de desindustrialização e uma recessão profunda que levará a novos e crescentes déficits. Somente com dinheiro no bolso do trabalhador poderemos vencer esta crise.

Por isso, o Sisejufe repudia a inoportuna Mensagem 355 da presidenta Dilma Rousseff e garante que os trabalhadores não pagarão pela crise econômica. Nosso reajuste é justo e basta diminuir as surreais taxas de juros do Brasil, diminuir o superávit primário, diminuir o lucro dos rentistas, que sobrar dinheiro para pagar os aumentos dos servidores e investir no social.

O Sisejufe convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras para a justa luta por sua reposição salarial e chama as mobilizações necessárias para a aprovação do PCS4. Conclamamos todos construir uma greve de fato – que se iniciará na primeira quinzena de outubro. Estamos programando também uma passeata no Rio de Janeiro, dia 28 de setembro, retomando a luta pelo PL 6613. Participe! É uma luta de todos nós!



SISEJUFÉ
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valtter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ) EDIÇÃO: Henri Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – ILUSTRAÇÃO: Latuff
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valtter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

“O Estado deve ser o carro-chefe do desenvolvimento”

Max Leone*

A mobilização da classe trabalhadora em todo o país é a receita para que a conta da crise mundial não seja paga por trabalhadoras e trabalhadores no Brasil. Em entrevista à Ideias em Revista, o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, mostra o caminho a ser seguido, apresenta propostas para o governo de como combater a crise e cobrar a implementação de uma verdadeira reforma tributária “em que a estrutura seja transformada em progressiva, ou seja, quem ganha menos paga menos, quem ganha mais paga mais”.

Ele critica a política de juros altos, mas ressalva que “o processo de queda teve início, inclusive contra a vontade do sistema financeiro e da mídia”, referindo-se a redução de meio ponto percentual feita, em 31 de agosto, feita pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, baixando a taxa Selic de 12,5% para 12% ao ano.

O presidente da CUT defende a presença do Estado como indutor do crescimento, com medidas concretas como reduzir mais ainda a taxa de juros, além da manutenção dos índices de investimentos públicos. “Temos de manter o Estado como carro-chefe do desenvolvimento”, reafirma.

*Da Redação.

Ideias – Como a classe trabalhadora poderá enfrentar a crise mundial?

Artur Henrique – A forma de enfrentar a crise mundial é aquilo que já estamos fazendo: mobilização constante e uma postura firme, em todas as frentes, para desmentir as versões neoliberais de como enfrentar os problemas. Neste segundo semestre, o maior exemplo foi a CUT ter se colocado desde o início contra o argumento de que salário mais alto vai causar inflação, a favor de campanhas salariais aguerridas, e a favor da presença do Estado como indutor do crescimento, inclusive através de medidas concretas como a redução da taxa de juros e a manutenção das taxas públicas de investimento. Agora, não podemos esquecer que é preciso também ter um governo que tenha o mínimo de permeabilidade a esse tipo de ideia, e o governo Dilma, eleito com essa plataforma de desenvolvimento, tem sido sempre lembrado por nós de sua missão.

Ideias – Como o país pode se proteger sem que os trabalhadores não “paguem a conta”?

Artur Henrique – Ampliar o mercado interno, sendo que há muito espaço para a expansão, e para isso é necessário políticas públicas e contrapartidas sociais como emprego e renda em todos os investimentos públicos. Basicamente é isso.

Ideias – Quais as propostas da CUT?

Artur Henrique – Tudo o que você perguntou antes está interligado com o que vou dizer agora: temos de fazer uma reforma tributária de verdade, em que a estrutura seja transformada em progressiva, ou seja, quem ganha menos paga menos, quem ganha mais paga mais – ao contrário do que é hoje – e temos de manter o Estado como carro-chefe do desenvolvimento, mas com o cuidado máximo em exigir das empresas e empreendimentos privados que recebam incentivo do governo, cumprimento de metas de geração de emprego, renda e qualificação profissional, entre outras.

Ideias – Apesar da redução de meio ponto percentual da



taxa Selic, em 31 de agosto feita pelo Copom, os juros ainda continuam altos. Como fazer para tentar baixá-los?

Artur Henrique – Os juros continuam altos, claro, são os mais altos do mundo. Mas o processo de queda teve início, inclusive contra a vontade do sistema financeiro e da mídia, o que é um bom sinal. Aproveito aqui para reforçar a necessidade de o governo convocar uma Conferência Nacional do Sistema Financeiro, para que a sociedade possa debater qual o papel dos bancos na construção de nossa sociedade.

as vagas ao concurso de remoção, e a determinação à autoridade coatora para que destine as vagas discutidas aos servidores que já compunham o quadro de pessoal da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, mediante processo seletivo de remoção, procedendo também desse modo com todos os cargos que vierem a vagar ou que forem criados posteriormente.

Isonomia entre chefes de cartório

O pleno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou em 30 de agosto, por unanimidade, o Processo Administrativo nº 19.800, que trata da isonomia do valor

da função comissionada paga aos chefes de cartórios do interior e da capital. Após a sua aprovação pelos ministros, a matéria seguirá ao Legislativo na forma de projeto de lei. De acordo com o advogado Rudi Cassel, da assessoria jurídica do Sisejufe, é sim um importante precedente (fato novo) que pode ser juntado a qualquer momento no processo, pois produzido posteriormente à ação.

Fonte: Departamento Jurídico do Sisejufe. [Mais informações sobre remoções no TRE e isonomia entre chefes de cartório, na próxima edição do jornal Contraponto, que circula no final de setembro de 2011.]

500 convidados celebram a posse

Foto: Henri Figueiredo



A Administração Mais Sisejufe, para o triênio 2011-2014, tomou posse na noite de 1º de setembro em cerimônia, seguida de festa, no salão da Associação dos Empregados do Comércio, na avenida Rio Branco, centro do Rio. Mais de 500 convidados estiveram presentes ao evento, entre eles a desembargadora federal aposentada Maria Amélia Valadão, do TRT, que presidiu o escrutínio dos votos a convite da Comissão Eleitoral. A primeira convidada a discursar foi a dirigente sindical Rosane Silva, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT – no ato, representando o presidente nacional da central sindical, Artur Henrique.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) esteve representada pelo seu coordenador executivo Jean Paulo Loiola Lima, também diretor do Sindjus-DF. Em sua fala, Jean Lima lembrou do momento de luta pelo qual passa a categoria, criticou os grupos que tentam dividir as forças na luta pelo PCS4 e enalteceu a última e atual diretoria do Sisejufe. O deputado estadual Robson Leite enviou seu chefe de gabinete, Pablo Menezes, para representá-lo. Menezes disse que a organização da categoria dos servidores do

Judiciário “é fundamental para a democracia no Brasil” e garantiu apoio na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para as demandas sindicais.

Em seguida, falou Josemilton Costa, secretário-geral da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CONDSEF). Ele destacou a parceria entre a sua entidade e o Sisejufe, com o apoio da CUT, na elaboração e execução de cursos de Formação Política. Costa lembrou também que a CONDSEF é parceira na luta dos servidores federais contra o contingenciamento de recursos no governo Dilma.

Outro a falar foi Darby Igayara, presidente da CUT Rio de Janeiro. De acordo com ele, o Sisejufe é um sindicato “central” para a CUT e que ajuda a conduzir uma disputa nacional a partir da agenda da classe trabalhadora. O último convidado a discursar foi o advogado Ricardo Oliveira de Menezes, diretor da Caixa de Assistência aos Advogados do Rio de Janeiro (CAARJ), no ato representando o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro, Wadih Damous. Menezes afirmou que a OAB confirma sua parceria com o Sisejufe e vai permanecer ao lado da gestão que se inicia.

Roberto Ponciano, que esteve à frente da diretoria colegiada por 6 anos no cargo de diretor-presidente

fez um discurso emocionado em que lembrou que ali aconteceu apenas uma pausa para uma festa em meio a uma grande luta pela valorização dos servidores do Judiciário Federal. Ponciano lembrou que a atual direção é um misto de continuidade da luta e de renovação, porque dos 31 diretores eleitos só 11 integraram a última gestão.

Em seguida, o servidor da Justiça Federal Og Carramilho Barbosa, que presidiu a Comissão Eleitoral, ao lado do também integrante da comissão José Fonseca dos Santos, desejou sorte à nova gestão e conclamou a categoria a discutir uma reforma estatutária que eleve a entidade a patamares ainda mais altos de transparência e democracia. “Acho já avançamos o suficiente para darmos um salto de qualidade na nossa militância sindical e que para além da luta por melhores condições salariais de trabalho, a gente possa enfrentar todo debate que diga respeito à democratização do Judiciário”, disse Og. Em seguida, ele declarou empossada a Administração Mais Sisejufe.

Primeiras declarações da nova gestão

A primeira a falar, após a formalização da posse, foi a oficial de justiça Mariana Liria, que assume nesta gestão a coordenação do Departa-

mento Jurídico do Sisejufe. “Passado o momento festivo, estaremos preparados para a luta. Talvez seja preciso voltarmos à greve e contar, inclusive, com os colegas que tem um posicionamento divergente do nosso – por isso, neste momento, o apelo que fazemos é pela unidade. A unidade vai ser importante para alcançarmos nossas reivindicações e nossos objetivos”, disse Mariana.

O servidor do TRF Valter Nogueira Alves, que assume como diretor-presidente do colegiado no triênio 2011-2014, discursou em seguida. Ele agradeceu a confiança da categoria, aos funcionários do Sisejufe e aos antigos diretores que ajudaram a construir uma história de lutas e conquistas na entidade. “É importante ressaltar que esta será a gestão mais participativa e representativa que já tivemos, estamos muito bem distribuídos pelos órgãos do Judiciário Federal. Esperamos que isso nos ajude a conduzir a luta primeiro para garantirmos nossos direitos; depois, para ampliarmos nossas conquistas. Essa é a nossa meta”, disse Valter.

Após os discursos, o mestre de cerimônias Marcos Hamelin anunciou a banda Registro Nacional, que comandou, por quase três horas, uma bela festa com músicas dos anos 80.

*Da Redação.

Og Carramilo Barbosa (à esquerda, ao lado de José Fonseca dos Santos) – Presidente da Comissão Eleitoral
 “Quero desejar sorte, celeridade e lucidez. Que a gente possa avançar na transparência e na democracia – me refiro à necessária e urgente reforma dos estatutos do Sisejufe. Acho já avançamos o suficiente para darmos um salto de qualidade na nossa militância sindical e que para além da luta por melhores condições salariais e de trabalho, a gente possa enfrentar todo debate que diga respeito à democratização do Judiciário. Portanto, é fundamental que a gente entre no debate sobre o Código de Processo Civil. Por fim, quero desejar toda a energia para a luta ferrenha no processo de valorização da categoria e este processo passa pela conquista do PCS4.”



Josemilton Costa – secretário-geral da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef)

“Parablenizo a direção que toma posse hoje e a que saiu pelo belo trabalho que fez. Destaco, inclusive, a parceria do Sintrasef com o Sisejufe e a CUT para Cursos de Formação. Reafirmo em nome da Condsef e do nosso sindicato todo apoio nessa luta que nós servidores públicos travamos durante o governo Dilma diante das demandas que temos de enfrentar.”



Ricardo Oliveira de Menezes – Diretor da CAARJ, no ato representando a OAB-RJ

“Hoje é um grande dia para todos nós. Pensamos na comunhão e parceria dos que militam nos tribunais para que o fluir do dia a dia seja saudável e produtivo. A responsabilidade de comandar um sindicato de classe, não resta a menor dúvida, é mais um compromisso árduo que se assume na perene busca de melhores condições pertinentes aos direitos do servidor público.”



Roberto Ponciano – Diretor-presidente do Sisejufe entre 2005-2011

“Esta nova direção é um misto de continuidade da luta e de renovação, porque dos 31 diretores eleitos só 11 integraram

a última gestão. São servidores e servidoras que estavam em piquetes da greve e que agora vão assumir a luta e dizer o seguinte: a gente nem teve tempo de comemorar essa vitória. Uma vitória dupla, primeiro contra o oportunismo daqueles que mesmo sendo derrotados em todas as instâncias querem impor à categoria a sua vontade. Segundo, contra um tipo de bombardeio de mentiras. Este sindicato é independente e vai entrar com uma ação contra o Executivo. Hoje é uma noite de festa, mas amanhã a luta recomeça. Esta nova diretoria foi eleita para isso.”



Fotos: Henri Figueiredo



Jean Paulo Loiola Lima – Coordenador executivo da Fenajufe

“Quero enaltecer os companheiros da direção do Sisejufe que tem sabido fazer o enfrentamento na luta pelo PCS. Não serão movimentos de última hora que vão tirar nosso vigor. Permaneçamos irmanados, fortalecendo essa entidade que é o Sisejufe e que muito engratece a Fenajufe.”



Valter Nogueira Alves – Diretor-presidente triênio 2011-2014

“Quero agradecer a confiança de todos os servidores e servidoras que depositaram seu voto de confiança em mais uma gestão da nossa diretoria. Também aos funcionários do sindicato que, ao longo desses



Darby Igayara – Presidente da CUT Rio

“O Sisejufe é luta, é garra, é o sindicato de uma categoria afinada. Para nós, da CUT, o Sisejufe é um sindicato central que nos ajuda a conduzir a luta nacional com a pauta extensa dos trabalhadores. A categoria dos servidores do Judiciário Federal está de parabéns e saúdo cada companheiro aqui presente.”

anos, têm contribuído muito para que essa gestão dê certo. Aos antigos diretores também agradeço porque foram valerosos na luta da nossa categoria no dia a dia. Vamos conduzir a luta primeiro para garantirmos nossos direitos; depois, para ampliarmos nossas conquistas. Essa é a nossa meta.”

- 1- Convidados se divertem com repertório dos anos 80.
- 2- Carlos Maldonado, Rosane Silva e Neuza Pinto.
- 3- Banda Registro Nacional.
- 4- Representante sindicais de base, como João Mac-Cormick, também foram empossados.
- 5- Banda integrada por servidor do Judiciário tocou por mais de três horas.
- 6- Os advogados do Sisejufe Rudi Cassel e Arcéli Rodrigues.
- 7- Noite de festa serviu para recarregar as baterias antes da retomada do movimento grevista.



Fotos: Henri Figueiredo



Após rodada de assembleias, categoria decide por paralisação em 21 de setembro

Além da mobilização no dia 21 de setembro, os servidores do Judiciário do Rio, também aprovaram durante as assembleias realizadas, a proposta da Federação de paralisação de 48 horas, começando no dia 27 de setembro. É um preparativo para a realização de uma grande passeata no dia 28, que no Rio acontecerá a partir de 15h, saindo da Candelária, percorrendo a avenida Rio Branco até a sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na Presidente Wilson

Max Leone*
Tatiana Lima*

Diante da postura do governo federal de exclusão dos recursos para o Projeto de Lei 6.613/2009, que reajusta os salários do Judiciário Federal, a mobilização é o único caminho que resta. Essa é a posição política da direção do Sisejufe e da Fenajufe. No dia 21 de setembro, a ordem é cruzar os braços na paralisação de todas as atividades por 24 horas, juntamente com os magistrados que, também neste dia, vão parar em protesto contra a posição do Executivo. A deliberação partiu da Fenajufe e foi aprovada pelos servidores fluminenses em todas as assembleias realizadas na capital, entre os dias 14 e 16 de setembro, nos foros da Justiça Federal da avenida Rio Branco e Venezuela, no Tribunal Regional Federal (TRF) rua do Acre, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Sede, e no assembleia dos servidores das Zonas Eleitorais – que aconteceu na sede do Sisejufe. A assembleia do TRT, na rua do Lavradio, foi adiada para o dia 20 de setembro. Em todas as assembleias, o clima era de revolta.

“Foi um verdadeiro golpe o que o Executivo fez com o Judiciário no encaminhamento do Orçamento. Temos de demons-

trar toda nossa indignação e preparar a maior greve já vista no Judiciário desse país. Não dá mais para ficar parado. Não adianta ficar reclamando pelos corredores, dizendo que o sindicato não faz nada. O sindicato faz sim, está aqui no dia a dia da luta, da mobilização. Mas é preciso a categoria acordar e vir para luta também”, conclamou o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, em frente à SJRJ da avenida Venezuela, na sexta-feira, 16 de setembro.

Para o também diretor do sindicato Dulavim de Oliveira Lima Júnior, se até os magistrados estão prontos para se mobilizar e fazer uma paralisação no dia 21, em protesto pelo reajuste dos juizes, não tem sentido os servidores não adotarem postura semelhante. “Quem quer reajuste precisa aparecer nas manifestações, nas assembleias. Até mesmo o pessoal



FJ Venezuela: “não adianta ficar reclamando pelos corredores”



FJ Rio Branco: indignação contra discurso do governo federal

que defende o subsídio. Será que não querem aumento?”, questionou o sindicalista.

Durante as assembleias, o coordenador executivo da Fenajufe Valter Nogueira Alves traçou um panorama da situação do PCS. Segundo ele, a realidade é que “o Executivo não encaminhou os valores do PCS na LOA. E a informação que precisa ficar clara é a de que a mensagem 355 enviada pela presidenta Dilma não altera essa situação. Não altera porque não tem poder retificador da proposta de orçamento enviado ao Congresso Nacional”.

Valter frisou que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, não cumpriu seu papel de chefe do Poder Judiciário mediante a interferência do Executivo no orçamento. “Isso é um escândalo. A Dilma, na Mensagem 355, afronta o Judiciário dizendo ‘que não mandou, não

incluiu e não irá encaminhar a proposta do orçamento na íntegra’ que contemple o PL 6613. Porém, a presidenta, lá no final, diz que ‘em respeitando a isonomia dos três Poderes, submete a solicitação de reajuste do Judiciário ao pleito do Congresso Nacional”, avaliou Valter Nogueira Alves.

Na prática, de acordo com Valter, a Mensagem 355 politicamente tem efeito apenas de “colocar no colo do Congresso Nacional a responsabilidade do pleito”. Na avaliação do coordenador executivo da Fenajufe, a reação inicial do ministro Cezar Peluso foi de passividade. “Ele fez vistas grossas”.

“O Peluso, de forma polida, chamou a imprensa e disse apenas que a presidenta cometeu um equívoco que, de tão banal, seria corrigido com tranquilidade depois. Mas isso não é verdade. Para satisfazer a solicitação e o cumprimento da legislação, a presidenta precisa enviar à LOA mensagem retificadora incluindo os recursos para o pagamento do PCS, o que ela não fez”, explicou Valter Nogueira Alves.

Na opinião do dirigente sindical, além da pressão urgente da categoria no próximo 21 de setembro e na possível greve em outubro, é necessário atuar no campo judicial. “Vamos entrar

com um ação judicial de inconstitucionalidade. Resolvemos atacar em todos as frentes, seja na política ou no judiciário”, informou Valter.

Além da mobilização no dia 21 de setembro, os servidores do Judiciário do Rio, também aprovaram durante as assembleias realizadas, a proposta da Federação de paralisação de 48 horas, começando no dia 27 de setembro. É um preparativo para a realização de uma grande passeata no dia 28, que no Rio acontecerá a partir de 15h, saindo da Candelária, percorrendo a avenida Rio Branco até a sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na Presidente Wilson.

“Temos que retomar nossa luta pelo PCS. A conjuntura não é muito favorável a nós servidores do Judiciário. Mas mesmo assim temos que ir à luta”, afirmou Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

“O deputado Ruy Costa (PT-BA) veio com o discurso do governo, alegando que, devido à crise econômica mundial, o PL coloca em risco os programas sociais, como o Bolsa Família. Não podemos admitir isso. Existe a disposição de parcelar a implantação do nosso PCS. Temos que estar prontos para a luta”, afirmou Ponciano.

O também diretor do Sisejufe Flávio Prieto também reforçou a indignação contra o discurso do governo de que o aumento dos servidores do Judiciário aprofundará a crise econômica. “A crise só existe para o Judiciário? Os outros poderes estão negociando aumentos. Nossa luta é mais do que justa”, declarou.

De acordo com decisão da Fenajufe, as paralisações devem acontecer em todos os estados como uma preparação para mobilização de greve que poderá ser deflagrada na segunda quinzena de outubro.

“Nenhuma categoria que se preza pode abrir mão de direitos conquistados”, diz coordenador executivo da Fenajufe

Durante as assembleias, o coordenador da Fenajufe e diretor-presidente do Sisejufe Valter Nogueira Alves alertou a categoria que a tática do

governo é dividir os servidores do Judiciário Federal. “O executivo não quer negociar nada, seja PCS ou subsídio. A categoria precisa parar de cair na lorota do governo que quer na verdade nos dividir. Este momento, não é a hora de colocar em discussão o sistema remuneratório. O MP entrou nesta armadilha e desmoralizou a greve forte que os servidores de lá estavam fazendo”, destacou. A explanação foi feita a partir de pronunciamentos do Movimento Pró-subsídio na assembleia realizada em frente ao TRE Sede, em 15 de setembro.

“Nenhuma categoria que se preza pode abrir mão de direitos conquistados”, afirmou Valter. Para ele, os servidores do Judiciário Federal possuem quatro adversários claros: o Congresso Nacional, o Poder Executivo e a Cúpula do Poder Judiciário. Já o quarto adversário, “infelizmente”, disse Valter, “é a própria categoria”.

“A diferença de impacto no orçamento entre o subsídio e o PCS é de R\$ 400 milhões segundo cálculos do próprio STF. Não queremos tabela salarial, o que queremos é dignidade salarial. Além do mais, não é isso que impede o PCS de ser aprovado”, enfatizou o novo diretor-presidente do Sisejufe – que tomou posse em 1º de setembro para o triênio 2011-2014.

De acordo com o ele, o Movimento Pró-Subsídio não percebeu ainda que ajuda o governo quando divide a categoria. “Os colegas a favor do subsídio precisam observar que dão voz ao governo e à mídia. Tanto quando dividem a categoria como quando vão até a CFT para fazer movimento contra a aprovação do PL 6613. Além disso, é através do Movimento do Subsídio que a mídia tem acesso às informações contra a categoria dos servidores do Judiciário. Eles encaminham os fóruns de discussão via internet para a mídia”. E finalizou: “O próprio STF já disse que não aceita discutir agora o subsídio. Se insistirem nisso, vamos acabar sem nada porque o STF vai



TRF: reação inicial de Peluso à Mensagem 355 foi de passividade



Zonas Eleitorais: procedimentos para facilitar a adesão dos servidores

retirar a proposta orçamento para o pagamento do PL 6613”.

O diretor sindical Moisés Leite também foi categórico ao pedir equilíbrio e unificação dos servidores. Para ele, não são só os colegas do subsídio que enfraquecem a mobilização pela luta do reajuste da categoria. A ausência da base nos foros de decisão também se reflete de forma negativa. “Sou diretor e estou aqui para defender a categoria, mas a verdade precisa ser dita: não são apenas os companheiros pró-subsídio que descentralizam o movimento grevista e a mobilização pelo PCS. Os colegas que não estão aqui nesta assembleia, os que não descem sequer para ouvir as informações e debater, também enfraquecem nossa luta e ajudam governo e mídia conservadora”. E completou: “As pessoas precisam tomar a responsabilidade para si e fazer uma reflexão sensata”.

Na sede do Sisejufe, na noite de 15 de setembro, foi realizada

a Assembleia Setorial dos Cartórios Eleitorais da Capital e da Região Metropolitana, comparta a mobilização do servidores lotados nas ZEs e no Interior do estado do RJ. Presidida pelo diretor sindical Moisés Leite, lotado no TRE Sede, e secretariada pelo representante de base da Região dos Lagos João Mac-Cormick, na reunião foram deliberados procedimentos para facilitar a adesão dos servidores da Capital e da Região Metropolitana. Também foram colocadas sugestões que integrarão a pauta da próxima reunião.

O diretor sindical Roberto Ponciano não pôde ficar para a assembleia porque precisou dá assistência a uma filha que estava doente. Deixou, contudo, seu apoio e colocou que “apesar de não termos diretor liberado no momento, vamos trabalhar para fazer a greve e a mobilização setor a setor”.

*Da Redação.

A gestão pública federal no governo Dilma: o que esperar?

Vera Miranda*

Analisar de maneira simplista o modelo de gestão adotado por um determinado governo, como forma de tentar caracterizá-lo, é um erro. Todo governo possui um viés ideológico que também é contaminado pela cultura dos que se constituem em agentes do Estado e que, portanto, executam a política fazendo uma releitura do que foi pensado pelos mentores da mesma – a cultura organizacional, membrana plasmática que se constitui entre os instituidores do modelo que entra e os executores do modelo que sai. No governo Dilma ainda não se tem claro o modelo que será gestado de fato ao longo dos 4 anos, mas sabe-se que o efeito da membrana plasmática gerada na passagem do governo FHC para o governo Lula ainda sobrevive construindo contradições na gestão de pessoas entre o esperado modelo democratizante de co-gestão e a implantação real da visão gerencial da Nova Administração Pública (NAP).

Autonomia e flexibilização: carro chefe para um modelo de acumulação?

Na busca pelo aumento da autonomia e flexibilização das instituições, face à necessidade de agilizar e ampliar a prestação dos serviços, a gestão do modelo traz reestruturações das instituições quanto ao modo de gestão orçamentária, administrativa e de pessoal, com a premissa de contornar a rigidez da administração pública, principalmente quanto à gestão de pessoal e orçamentária.

Este tipo de debate dentro

do governo fez surgir a proposta de regulamentação das fundações estatais de direito privado, como ferramenta de gestão a ser utilizada no serviço público. O modelo de fundação, centrado na autonomia institucional de gestão, trabalha com os elementos de flexibilização do modelo gerencial de resultados, tendo como centro a introdução da CLT como relação jurídica do quadro de pessoal. O centro da premissa da fundação está a) na autonomia de gestão orçamentária com busca de recursos a partir de contratos de gestão com o próprio Estado para prestar serviços que o Estado, em tese, deveria prestar diretamente e b) na gestão de pessoal flexível, via adoção da CLT e da demissão por insuficiência de desempenho.

Mais uma vez apresentamos aqui os limites da adoção de uma ferramenta que se propõe a resolver a gestão nos marcos da política deste governo, mas que pode fragilizar totalmente a prestação do serviço em caso de alternância de poder.

A partir de uma abordagem sobre o modelo e as ferramentas de gestão da máquina pública no governo Dilma, pretendemos diagnosticar como limites na gestão administrativa do modelo desenvolvimentista “neoweberiano” de Estado, a ausência de democratização nas relações de trabalho, a cultura da centralização e da verticalização, o autoritarismo e a utilização de parâmetros da iniciativa privada, comprovadamente nefastos na condução da política de pessoal do setor público

Política salarial e lógica do mercado: elementos convergentes para uma política de Gestão Pública?

O governo trabalha com a lógica de valorização salarial com base no mercado e também com políticas de incentivos e compensações salariais transitórias para a obtenção e superação das metas de produtividade estabelecidas em detrimento de uma política salarial de visão sistêmica, que trabalhe o fazer institucional como um macro-processo de fato onde todas as funções concorrem para o fazer coletivo.

Estabelecer como parâmetro o mercado é estabelecer diferenciações por segmentos com base na alternância de salário provocada pela relação de oferta e procura desta ou daquela especialidade, como também da necessidade estratégica para o mercado de algumas especialidades ou segmentos. Isto significa que, além da política salarial, desconsiderar a lógica sistêmica da produção do trabalho no setor público também vai se colocar ao sabor da sazonalidade do mercado onde a relação de demanda X oferta

de determinados profissionais variam por região do país, por períodos de tempo e também por atualização dos processos de trabalho. Segmentos estratégicos hoje podem não o ser amanhã, e valores salariais pagos pelo mercado também irão variar para cima e para baixo de acordo com estes elementos.

Ao trabalhar com o paradigma do mercado, o governo tenta resolver problemas de captação e manutenção de quadro em segmentos específicos sem atentar para a necessidade de um olhar sistêmico, onde todas as funções permanentes existentes na administração pública devem fazer parte do quadro e da organização da carreira, devem ser valorizadas salarialmente o mais isonomicamente possível tendo em vista os mesmos patamares de complexidade e responsabilidade dos fazeres.

Esta é uma política que pode trabalhar com resolução de curto e médio prazo mas que entendemos como extremamente negativa para as bases de um serviço público de qualidade e socialmente referenciado.

Premiação por desempenho: uma ferramenta válida no sistema de remunerações?

Ainda na questão da política salarial, o modelo de gestão por competências e desempenho trabalha com a ideia de incentivo e bônus por metas alcançadas como forma de estimular a produtividade. Está claro que o aumento na produtividade traz benefícios ao usuário dos serviços públicos, assim como a ampliação do acesso, gerada a partir do cumprimento das metas de atendimento/prestação de serviços, permite o aumento da efetividade social no papel

Tendências na Gestão de Carreiras da APF
*Gestão por competências com enfoque em macroprocessos; *Estrutura de cargos amplos e multifuncionais; *Remuneração baseada em competências e desempenho com parâmetro no mercado; *Foco no enxugamento das funções permanentes e na valorização de segmentos profissionais estratégicos (TI, gestão, segmentos especializados de saúde etc.); *Implantação de metas e premiação por desempenho; *Reestruturação das carreiras com foco na captação e manutenção de setores estratégicos

do Estado e da implementação de suas políticas públicas.

No entanto, a política de bônus e incentivos salariais como forma de ganhar os trabalhadores do setor público para o seu comprometimento com resultados e o constante aprimoramento dos serviços prestados à sociedade brasileira é uma forma equivocada de gestar a máquina pública. É como se o Estado pagasse um “plus” por algo para qual o trabalhador já teria de estar comprometido a fazer desde que entrou no serviço público.

Na verdade, tais políticas de premiação escondem outro entrave importante na implementação do modelo de gestão escolhido pelo governo Lula: a ausência de democratização na gestão institucional e a manutenção da centralização e do autoritarismo na gestão das instituições.

Num modelo que necessariamente exige a co-participação e a horizontalização na gestão do processo de trabalho, a política de bônus permite exercer sobre o trabalhador a pressão por mais produtividade individual em detrimento dos limites necessários para evitar danos à saúde do trabalhador, mais pressão coletiva por alcance de metas institucionais, sem a contrapartida necessária de constituir um diagnóstico dos processos e condições de trabalho e do dimensionamento do quadro de pessoal necessário para dar conta da demanda.

Os efeitos desta metodologia já se fazem sentir no aumento de adoecimentos e afastamentos provocados por excessos na carga/jornada de trabalho e dos

distúrbios psicológicos causados pelo assédio moral, onde esta política já se implantou.

Democratização das relações de trabalho: caminho para uma reforma do aparelho realmente estruturante

Outro elemento de sustentação do Modelo de Gestão Orientado para o Serviço público é a co-participação na gestão e a democratização das relações de trabalho. O modelo orientado a resultados tem como pilares o investimento em modernização administrativa e tecnológica, por um lado. Por outro lado há a potencialização do capital intelectual do quadro de trabalho a serviço do aumento da produtividade e efetividade na realização dos serviços.

No entanto, apesar da iniciativa governamental quanto à criação de instrumentos de diálogo permanente com os trabalhadores, tais como a MNNP em 2003, a criação do GT de Negociação Coletiva em 2007, e o envio ao congresso para ratificação da Convenção 151 da OIT, que instituiu a negociação coletiva no setor público, não se constituiu ainda um processo mais aprofundado de democratização das relações de trabalho de forma institucionalizada na Administração Pública Federal (APF).

Tanto é assim que um dos pilares de sustentação do modelo de gestão orientado à excelência é o planejamento estratégico e a sua capilarização pela instituição. Capilarização está que se dá através de planos de trabalho e construção de indicadores de medição que realmente possibilitam obter dados maduros sobre a

efetividade na prestação dos serviços e medidas de ajuste. No entanto, esta ferramenta não consegue ser utilizada em sua plenitude, pois contraria a lógica da concentração autoritária de poder no topo da administração do órgão.

A plenitude do uso da ferramenta e por consequência o sucesso na implantação do modelo, depende da desconcentração de poder, da democratização da gestão e de ganhar a estrutura organizacional para a mudança cultural que está sendo proposta. Sem este importante elemento, teremos mais uma iniciativa de implantação do modelo que pode ganhar significativa resistência na cultura organizacional estabelecida no serviço público.

Novos instrumentos e metodologias de gestão de pessoas no serviço público federal

A adoção da gestão por competências como instrumento estratégico da política de desenvolvimento, instituída em 2006, busca o fortalecimento da qualificação e profissionalização dos servidores e uma nova dinâmica para a política de capacitação. Em complementação a esta, também se adota a gestão do desempenho, com uma nova sistemática de avaliação do desempenho dos processos e de cumprimento das metas estabelecidas pela gestão estratégica.

A adoção da gestão por competências como ferramenta de gestão tem como aspecto positivo a indução do desenvolvimento permanente do servidor, vinculado à política de capacitação e qualificação, estratégica que reforça a busca pela profissionalização e pela excelência na prestação dos serviços. A adequação das competências requeridas dos servidores e o desenvolvimento dos conjuntos de habilidades, conhecimentos, e atitudes dos mesmos, vinculados aos objetivos institucionais, tem como premissa manter o foco na missão estratégica dos órgãos da Administração Pública Federal,

buscar a racionalização dos gastos com política de capacitação e promover a flexibilidade na atuação do trabalhador para a redução de custos.

O modelo de gestão trabalha com a ideia de fortalecimento do papel do Estado, principalmente como sustentação do modelo desenvolvimentista, porém, como analisaremos a seguir, apesar do modelo possuir avanços significativos como o investimento de forma institucionalizada na qualificação do trabalhador (e na potencialização de suas habilidades e competências), para o cumprimento dos objetivos institucionais, como também para viabilizar o seu próprio desenvolvimento na carreira, ao trazer o paradigma do mercado sob diversas formas para o centro do modelo, produziu fragilidades que podem ser os principais fatores do desmonte posterior dos avanços já introduzidos até aqui.

Dos desdobramentos nas carreiras

O foco na implantação do modelo determina como estratégico as funções da área fim, as funções de gestão, as funções de TI, e as funções mais especializadas com exigência de formação superior. Dentro do contexto da política salarial de competências, isto pode levar a segmentações indesejadas e que são incompatíveis com a visão da organização das categorias pelo fazer coletivo e não pelo fazer labor específico. Também apontamos aqui a possibilidade desta política gerar maior valorização dos servidores imbuídos em cargos de direção, chefias e gestão de projetos – em função da responsabilidade de implantar a mudança de gestão, tais como vemos nas reestruturações e criação de novas carreiras como já citado anteriormente no texto.

Seria este um novo olhar sobre o velho conceito de Carreiras Típicas de Estado? Aqui levantamos nossas preocupações visto que o modelo apresenta semelhanças como a separação de quem elabora e pensa a política dos que a executam, como também o foco na captação de

profissionais especializados e de grau superior.

Outros elementos importantes que derivam do modelo é a valorização das funções gerenciais na área fim e em projetos estratégicos; a captação de novos servidores baseada nos novos perfis profissiográficos que pode gerar novas exigências para os concursos; a realocação de quadro de pessoal e direcionamento dos novos concursos para a área fim e possibilidade de mediação com a terceirização em outras áreas.

Em especial, a opção por viabilizar a agilidade no processo de modernização pode determinar que o investimento em TI seja feito – de forma mais geral – a partir de busca de modelos prontos em vez de priorizar o desenvolvimento de ferramentas da instituição e valorização do quadro de pessoal. Em médio e longo prazo, a dependência externa em TI, que é parte estratégica do modelo, pode levar ao comprometimento do mesmo.

Quanto ao desenvolvimento via progressão e promoção, devem incorporar na avaliação de desempenho que considere os elementos de gestão por competências, a vinculação da promoção e progressão à capacitação e medição de desempenho das habilidades posterior à certificação, visto a existência de legislação apresentando estas modificações para o setor público. A política de remoção ou realocação do quadro de pessoal pode levar em conta o perfil e habilidades, bem como a medição de desempenhos anteriores.

Preocupa-nos o fato de que a inexistência de instrumentos de co-participação real na construção de metas, e a ausência de elementos de ponderação do grau de complexidade dos processos de trabalho, para efeito de contagem estatística na medição de desempenho, possam gerar diferenciação na análise de desempenho institucional e in-

dividual, onde este instrumento se aplique. A ausência de processos participativos na elaboração de metas institucionais poderá gerar também metas abusivas ou um distanciamento entre o que foi apontado como capacidade de resposta da instituição na prestação do serviço e a real capacidade de atender a demanda.

Quanto ao processo de qualificação e capacitação, frente à ausência de mecanismos de diagnóstico, acompanhamento e ajustes dos processos e da força de trabalho, e em face de priorização de áreas estratégicas, entendemos como possível que a qualificação direcionada prioritariamente para setores estratégicos possa em muitos momentos não atingir de forma isonômica a categoria. Mas também apontamos, como mecanismo de democratização da política de desenvolvimento, a ênfase na capacitação à distância. Deve-se cuidar para que a escolha, embora pertinente como ferramenta de massificação da política, não descuide da qualidade e da efetividade no processo.

Como consequência do uso das políticas de renumeração por competências, visualizamos a possibilidade do processo de divisão do trabalho não ser isonômico, gerando competitividade e também a ampliação da jornada informal em função dos prazos para alcance de metas e das políticas de estímulo e premiação por competências. Outro elemento importante é a intensificação de assédio moral (se não existir plano de trabalho previamente pactuado), e o aparecimento de adoecimentos, distúrbios psicológicos etc.

Dos desdobramentos necessários na categoria

Com base na análise feita sobre o modelo, entendemos como uma necessidade o conhecimento da ferramenta de gestão por parte dos servidores – para intervir sobre o

modelo e detectar limites e problemas. Também apontamos como necessária a produção de formulação de alternativas para disputar as correções da ferramenta de gestão e, como não poderia deixar de acontecer, uma articulação nacional para garantir uma intervenção com base nos conceitos que precisam ser estabelecidos nas carreiras e nos instrumentos de gestão.

Concretamente é preciso reconstruir a luta pela implantação de elementos de gestão democráticos e participativos, definidos em conjunto com os servidores, e buscar a ampliação da participação dos servidores no planejamento estratégico e nos espaços de construção dos desdobramentos da gestão.

Considerações necessárias

Apesar da reforma do aparelho do Estado constar da agenda de qualquer governo, ainda que mais forte em uns e quase sem alteração em outros, o simples fato de ter como premissa a necessidade de reforma já significa que nenhuma delas foi implantada de fato, tendo se enraizado na cultura organizacional da máquina pública ao ponto de se consolidar como uma política pública de gestão do Estado, independente de governos.

A dificuldade de realizar uma ampla reforma que mude o paradigma da administração do aparelho do Estado se dá principalmente pela necessidade desta reforma ser absorvida pela organização do setor público. Se esta é a maior dificuldade que os governos têm ao fazer uma reforma, também pode ser a arma que os trabalhadores do setor público, como também da militância de esquerda, para produzir políticas de acumulação num modelo de transição: ganhar os trabalhadores e gestores para um modelo democratizante e

que construa ferramentas sólidas para a gestão. Mais do que isso, o modelo deve se inserir na cultura organizacional de forma que, mesmo que mudem os governantes, ele sobreviva e possa inclusive avançar.

Uma característica necessária a qualquer reforma que pretende ser bem sucedida é admitir a participação de quem se relaciona diretamente com o modelo ou ferramenta de gestão: os servidores públicos. Não existe possibilidade de consolidação de um modelo se não houver democratização na gestão e mais especificamente, não existe a possibilidade de implementar de fato uma gestão orientada a resultados, com foco na excelência e no cidadão, como pretende o governo Dilma, sem que os mecanismos de democratização da relação de trabalho sejam constituídos e transportados para o dia a dia da gestão pública brasileira.

É a partir desta premissa, e de uma abordagem sobre o modelo e as ferramentas de gestão da máquina pública no governo Dilma, que pretendemos diagnosticar como limites na gestão administrativa do modelo desenvolvimentista “neoweberiano” de Estado, a ausência de democratização nas relações de trabalho, a cultura da centralização e da verticalização, o autoritarismo e a utilização de parâmetros da iniciativa privada, comprovadamente nefastos na condução da política de pessoal do setor público.

Ao construir a luta pela democratização das relações de trabalho e por uma gestão com co-participação de fato, estamos lançando as bases da disputa de modelo que pode, mantendo o horizonte estratégico, produzir políticas de acumulação pela ótica dos trabalhadores dentro dos marcos do capital.

*Engenheira especializada em Gestão Pública. Assessora Política do Sisejufe

A luta pelo trabalho decente

Marcello Azevedo*

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define Trabalho Decente como uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como sendo o trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna.

Para a OIT, a noção de Trabalho Decente se apoia em quatro pilares estratégicos: respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação).

O segundo é a promoção do emprego de qualidade. O terceiro é a extensão da proteção social e o quarto é o diálogo social.

No ano que vem, em maio, teremos a Conferência Nacional sobre Emprego e Trabalho Decente. A conferência é organizada de forma tripartite (trabalhadores, patrões e governos) em todos os níveis (municipal estadual e federal). A conferência foi convocada pelo governo federal no final do ano passado no 2º Conferencia Mercosul sobre Emprego e Trabalho Decente. O encontro contou com a presença de setores Patronal, Governamental e dos Trabalhadores dos países

Foto: reprodução da Internet



Não iremos mais assistir os “especialistas” e “comentaristas” dos meios de comunicação dizerem como devem ser as relações de trabalho

que compõe o bloco (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

O objetivo central da conferência é contribuir para a construção e a promoção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente em todos os três níveis governamentais (municipal, estadual e federal). A 1ª Conferência será dividida em 4 eixos: Eixo 1: Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho; Eixo 2: Proteção Social; Eixo 3: Trabalho e Emprego; Eixo 4: Fortalecimento do Tripartismo e do Diálogo Social como instrumento de governabilidade democrática. Cabe sempre lembrar que a Conferência será organizada de forma tripartite (governos, patrões e trabalhadores).

A CUT tem uma série de Propostas para avançar as lutas e as conquistas da classe trabalhadora. No Eixo 1 “Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho” destacamos a ratificação de uma série de convenções da OIT que tratam de temas como liberdade de organização sindical (87 e 135); negociação no serviço público (151); emprego doméstico (189); além de questões como a substituição do imposto sindical pela contribuição negocial;

fortalecimento da negociação coletiva e adoção do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho; regulamentação da terceirização, entre outros temas.

No eixo 2, destacamos a erradicação do trabalho infantil e escravo; formalização do trabalho; valorização e recuperação da renda dos aposentados; fim do fator previdenciário; fim da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. consolidação do sistema de seguridade social, inclusivo e estável; descontingenciamento das verbas da saúde com aprovação da emenda 29.

No Eixo 3, destacamos o fim da demissão imotivada (Convenção 158); redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; implantação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPTER) – Pronatec; intermediação de mão de obra e seguro-desemprego; financiamento público condicionado a contrapartidas sociais; meio ambiente saudável e trabalho decente; desenvolvimento sustentável com geração de empregos verdes e trabalho decente. reforma agrária, limite de propriedade e atualização dos índices de produtividade; políticas agrícolas.

No eixo 4, destacamos a institucionalização do Conselho de Relações de Trabalho (CRT) e das Comissões Estaduais de Emprego e Trabalho; criação de mecanismos que garantam mesas de negociação permanente nos âmbitos do serviço público e privado; institucionalização de mecanismos para denúncia de limitação da atividade sindical; ampliar espaços de participação, formulação e controle social das políticas públicas; definir mecanismos e instrumentos de monitoramento para implementação das resoluções da I CNETD.

A conferência estará colocando o debate sobre o mundo do trabalho no centro da disputa de hegemonia sobre o mundo do trabalho. Não iremos mais assistir os “especialistas” e “comentaristas” dos meios de comunicação dizerem como devem ser as relações de trabalho. O nosso papel é de protagonistas desta história e não de vítimas dela. Vamos construir uma nova relação Capital x Trabalho. Vamos conquistar trabalho decente para todos e todas.

*Secretário de Relações de Trabalho da CUT Rio de Janeiro.

Afinal, quem está dividindo a classe trabalhadora?

Temos assistido nas últimas semanas uma ofensiva por parte de algumas Centrais Sindicais em questionar as ações e princípios da CUT, afirmando especialmente que esta Central está em crise, rompendo com a unidade de classe e que seu destino é o isolamento das demais Centrais Sindicais. Enumeramos aqui alguns pontos que nos permitem reafirmar porque a CUT é forte, representativa, de massas, e, essencialmente, diferente das outras centrais sindicais. Neste momento, a tarefa do movimento sindical combativo é ir às ruas, mobilizar e pressionar o governo, em todas suas esferas, para avançar e aprofundar as mudanças necessárias ao país.

Rosane Silva
Rosana Sousa
Dary Beck Filho*

Ao longo de quase três décadas de existência este compromisso com a classe trabalhadora, conquistado e reafirmado cotidianamente através da luta, foi-se traduzindo nos números que hoje consolidam a CUT como a maior Central Sindical do Brasil, da América Latina, e a 5ª maior Central do mundo. Longe de estar em crise, a CUT atualmente tem mais de 2 milhões e 300 mil trabalhadores e trabalhadoras filiados; a Força Sindical, pouco mais de 870 mil; a UGT, 490 mil; a CTB, 483 mil; a NCST 437 mil; e a CGTB, 436 mil. Somando as quatro demais centrais sindicais, temos cerca de 2 milhões e 400 mil sócios/as representados/as por outras Centrais, muito perto dos mais de 2 milhões e 300 mil representados/as pela CUT.

Todavia, ainda que reivindicuemos o protagonismo da

CUT na esquerda brasileira, como referência política para a classe trabalhadora, construímos um movimento com a profundidade e capilaridade social necessária para disputa de hegemonia. Partimos da compreensão da necessidade de construir lutas unitárias com os diversos movimentos sociais que sejam capazes de intervir na conjuntura.

Desde sempre reivindicamos que a CUT construa alianças prioritárias com os movimentos sociais. O entendimento aqui é que a classe trabalhadora organiza-se para além do movimento sindical. Há movimentos sociais que reivindicam o protagonismo popular na construção de uma sociedade sem classes, livre do machismo, do racismo e da homofobia. E é ao lado destes movimentos representativos e com legitimidade social que a CUT deve posicionar-se.

Divisionistas contra a CUT

Para avançarmos ainda mais em nossa estratégia, é preciso

considerar as acertadas experiências internacionais, que vem buscando unidade em torno de plataformas de interesse geral da classe trabalhadora no contexto de globalização da exploração do capital. A Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Confederação Sindical das Américas (CSA) são os instrumentos concretos de construção do novo internacionalismo sindical.

Movimento contrário ao que vivenciamos em nosso país atualmente, com inúmeras centrais sindicais, com distintas concepções e práticas, tais como posturas sectárias, conservadoras, oportunistas e combativas.

Reivindicamos a unidade da classe trabalhadora e por isso, já em 2007, quando a Corrente Sindical Classista (ligada ao PCdoB) saiu da CUT, afirmávamos ser um erro histórico tal ruptura. Levantamos inclusive que aquele partido já tinha cometido outro erro de igual monta e sentido inverso antes, quando em 1983 se recusou a

fundar a CUT, mantendo uma aliança com o sindicalismo pelego e atrelado. Erraram na década de 80 por apostar na unidade com setores reacionários com os quais não era possível ter nenhuma identidade política; erraram em 2007 por atacar a unidade arduamente construída entre os setores sindicais progressistas e de esquerda num momento histórico crucial para a classe trabalhadora. E parecem insistir novamente no erro, agora em 2011, ao privilegiarem mais uma vez construir um campo político comum com o sindicalismo pelego, expresso pela Força Sindical, fundada em 1991 com apoio político e financeiro do governo Collor para combater a CUT.

Todas as experiências de centrais sindicais criadas após a CUT tiveram o sentido de enfrentamento e contraposição à Central Única dos Trabalhadores. São resultados de divisões do movimento sindical. Divisionistas em ação.

Desse sua fundação, a CUT



Todas as experiências de centrais sindicais criadas após a CUT tiveram o sentido de enfrentamento e contraposição à Central Única dos Trabalhadores. São resultados de divisões do movimento sindical. Divisionistas em ação

tem um compromisso intrínseco com a classe trabalhadora. Entre seus princípios históricos está a luta pelo fim do imposto sindical e pela liberdade e autonomia sindical.

Somos contrários ao imposto sindical porque partimos do princípio militante sobre o financiamento das organizações populares. A ideia de independência de classe e de autonomia política decorre também desse princípio. O sindicato, portanto, deve ser sustentado financeiramente pela própria classe trabalhadora que ele representa e organiza. Esta, por sua vez, deve ser soberana na definição dos mecanismos de arrecadação, de sustentação e de utilização dos recursos materiais de sua entidade representativa de classe. Defendemos, assim, um sindicato que afirme a democracia na sua prática cotidiana.

Ao reafirmar que é contra o imposto sindical, a CUT definiu que utilizará os recursos oriundos desse imposto, enquanto ele durar, seja em: 1) mobilizações e fortalecimento das agendas de luta, como passeatas, greves, materiais de agitação de massa; 2) iniciativas de formação política sindical; 3) inserção internacional da CUT nas lutas da classe

trabalhadora, principalmente na América Latina. E é exatamente isto que fazemos, vide, por exemplo, o 1º de maio da CUT este ano, que teve como foco principal a luta pelo fim do imposto e por liberdade e autonomia sindical

É importante construir amplos movimentos em torno de campanhas e ações políticas em defesa de direitos da classe trabalhadora. Porém, a unidade deve ser construída em torno de programas políticos e não de maneira pontual e pragmática.

A CUT, mesmo não sendo a única Central, continua sendo o principal patrimônio sindical da classe trabalhadora brasileira. Em sua trajetória e em sua cultura estão projetadas as principais conquistas organizativas e políticas da classe trabalhadora brasileira desde a redemocratização. Isso não se inventa em um escritório ou em um pedaço de papel, isso é resultado da experiência concreta de milhões de trabalhadores e trabalhadoras na luta de classes! Por isso, o que não aceitamos, é que em nome de uma suposta unidade das Centrais Sindicais tenhamos que abrir mão dos princípios históricos da CUT.

Ouvimos, em um tom quase

Desde sua fundação, a CUT tem um compromisso intrínseco com a classe trabalhadora. Entre seus princípios históricos está a luta pelo fim do imposto sindical e pela liberdade e autonomia sindical

autoritário, uma outra central sindical acusar a CUT de estar se isolando das demais Centrais Sindicais, citando como exemplo o 1º de Maio supostamente unitário das Centrais sem a CUT e que foi um verdadeiro palco para estrelas da oposição ao nosso projeto político, como Kassab, Alckmin e Aécio Neves. Para além do já afirmado aqui e também por nosso presidente nacional, Artur Henrique, há demais pontos em divergências com as Centrais que nos impedem atualmente de atuarmos conjuntamente com elas.

A agenda prioritária neste momento é aquela que impulsiona o projeto democrático e popular e conquista avanços concretos nas condições de vida do povo trabalhador. Os movimentos sociais com re-

presentatividade e legitimidade social são fundamentais e estratégicos para esta pressão ser vitoriosa. Por isso estamos junto ao MST, à Marcha Mundial das Mulheres e à CMP no dia Nacional de Mobilização em Defesa da Classe Trabalhadora na luta por trabalho decente, educação, defesa das reformas agrária, política e tributária, e pela transformação das condições de vida de mulheres e homens brasileiros.

Somos diferentes! Somos Fortes! Somos CUT!

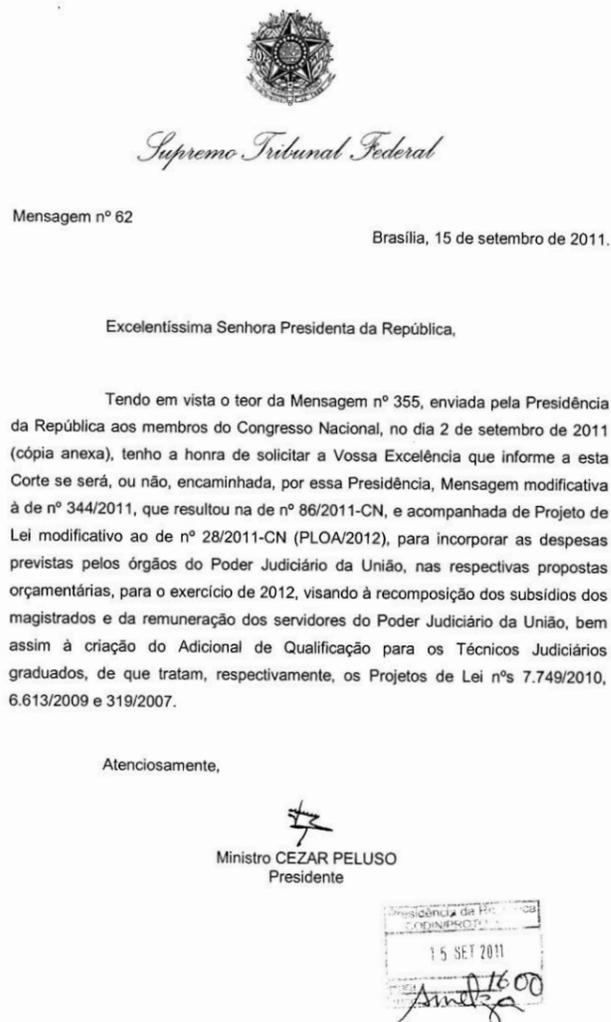
*Rosane Silva é Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT. Rosana Sousa é Secretária Nacional de Juventude da CUT. Dary Beck Filho é Diretor da Executiva Nacional da CUT.

Peluso envia mensagem à Dilma solicitando informações sobre inclusão do PCS4 na proposta da LOA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, enviou na quinta-feira, 15 de setembro, mensagem à presidenta da República, Dilma Rousseff, em que questiona se a Presidência vai encaminhar ou não "Mensagem modificativa à de nº 344/2011 [...] para incorporar as despesas previstas pelos órgãos do Poder Judiciário da União, nas respectivas propostas orçamentárias, para o exercício de 2012, visando à recomposição dos subsídios dos magistrados e da remuneração dos servidores do Poder Judiciário da União"



Foto: STF



verificada na Mensagem nº 62, do STF. Na conversa, o diretor geral disse ao coordenador da Fenajufe que o Supremo está se empenhando para resolver o impasse e prepara uma agenda com lideranças do Legislativo.

Diante das declarações da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, de que o governo não pretende encaminhar nova mensagem modificando a proposta da LOA, os sindicatos filiados à Federação começam a entrar com medidas judiciais no STF.

Presidente do TSE também se reúne com relator de receita

Na quarta-feira, 14 de setembro, enquanto os servidores pressionavam os deputados da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), os coordenadores Ramiro López, Jean Loiola e Antônio Melquíades (Melqui) se reuniram com o relator de receita da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA), senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Na oportunidade, a Fenajufe reivindicou que o relator rees-time para maior a arrecadação de receitas de modo a garantir na proposta da LOA os valores necessários ao Plano de Cargos e Salários (PCS).

No dia seguinte à agenda com a Fenajufe, o senador Acir se reuniu com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski. A Federação ainda não tem informações, mas acredita que revisão do Plano de Cargos e Salários constou dos assuntos debatidos entre o ministro e o senador.

Fonte: Leonor Costa
Imprensa da Fenajufe

A diretoria do Sisejufe respeita os canais políticos regulares, mas o desrespeito do Executivo chegou ao seu ápice e a "etapa judicial se revelou imprescindível"



Sisejufe impetra MS no STF pela inclusão de recursos para o reajuste na PLOA 2012

Em razão da reiteração da omissão pela Ministra do Planejamento, o Sisejufe impetrou mandado de segurança para exigir que o projeto de lei 6.613/2009 seja incluído no Anexo V do PL 28/2011-CN (PLOA2012). A medida foi preparada desde a constatação da omissão em 31 de agosto de 2011, aguardando o momento ideal para seu protocolo. A falta de seriedade com que o tema foi tratado, em prejuízo das regras constitucionais no "teatro" promovido pela Mensagem 355/2011 da Presidência da República e pelas afirmações circundantes, obrigou o Sisejufe a se deslocar do âmbito político para o Supremo Tribunal Federal.

O advogado Rudi Cassel, da assessoria Cassel & Ruzzarin em Brasília, responsável pela medida, destacou que "a omissão na versão original do PLOA2012, a distração promovida pela mensagem 355/2011 e as afirmações sobre omissão/recusa de modificação são inadmissíveis

quando a Constituição apresenta vários princípios e regras que impõem a apresentação do orçamento do Judiciário no Anexo V, se qualquer corte". "Apesar da divergência no STF sobre a possibilidade de mandado de segurança para entidades representativas de servidores, de 1991, a medida é técnica e politicamente viável, ao que se associa o ingresso como amicus curiae em ação direta de inconstitucionalidade por omissão", disse Cassel.

A diretoria do Sisejufe informa que respeita os canais políticos regulares, mas o desrespeito do Executivo chegou ao seu ápice e a "etapa judicial se revelou imprescindível". É lamentável que o Poder Executivo não tenha agido conforme as regras constitucionais determinam, obrigando levar ao STF o que é expressa obrigação administrativa.

Da Redação.

Relator do PL 6613 apresenta parecer reformulado e pede inclusão na pauta da CFT

O deputado Roberto Polcarpo (PT-DF), protocolou na sexta-feira, 16 de setembro, ofício na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara pedindo ao presidente da CFT, deputado Cláudio Puty (PT-PA), a inclusão do PL 6613 na pauta da sessão da Comissão. No ofício, o relator também informa ter apresentado um parecer reformulado ao projeto. Segundo o deputado, a reformulação de seu relatório foi necessária diante da série de acontecimentos ocorridos entre a apresentação de seu primeiro parecer e a última semana.

No seu voto, o relator afirma que cabe à CFT analisar o PL 6613 quanto a sua compatibilidade orçamentária e financeira, reforçando, portanto, o entendimento de que o mérito do projeto já fora apreciado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Na argumentação pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do PL 6613/09, Polcarpo diz que

o projeto é compatível com a lei do Plano Plurianual para o período 2008/2011. No que se refere à adequação orçamentária e financeira para o exercício de 2012, cita a Mensagem nº 355, do Poder Executivo, que encaminhou à apreciação do Congresso Nacional proposta de elevação de salários dos quadros do Poder Judiciário.

Em relação às emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação, o voto do relator explica que elas pretendem modificar o mérito do plano e, por isso, afirma que devem ser consideradas prejudicadas. "Trata-se das emendas de nºs 1/2010, 2/2010 e 1/2011, que pretendem implantar o subsídio como forma de remuneração e da emenda nº 3/2011, que pretende instituir a Gratificação de Desempenho Institucional – GDI", afirma trecho do relatório.

Fonte: Da Fenajufe,
com Sindjus-DF

Quem precisa do perdão do tempo?

Marlene de Lima*

Rejeitou Geremário Lessa, dono de farmácia em Três Marias: soube que ele usava urinol noturno. Depois, Luiz Porfírio, engenheiro agrônomo, pelo charuto. Largou quase na porta da igreja Pedro Tenório, um primo mais novo. Não se imaginava na cama com nenhum desses homens – explicava à avó e à irmã, Celina.

A avó alertava: "Vais acabar encaçada, Danuza."

"Você quer o quê? Que eu copule com qualquer um, só pra dizer que me casei?"

"Não é tão mal assim ter o carinho de um homem. Um dia você vai saber." – Argumentava ingenuamente a velha senhora.

Ninguém, ninguém mesmo suspeitava da grande paixão da moça – Rubens Sacramento, coletor municipal e futuro cunhado, com quem costumava se deitar em certos domingos, na tesouraria da Prefeitura. Mas como roubar o cara que a outra adorava? A irmã tinha saúde delicada, podia até morrer. Já houve casos.

Celina e Rubens se casaram. Danuza mudou-se para Niterói. No Rio, procurou esquecer. Foi trabalhar no Ministério da Fazenda; até se meteu na política. Casou-se com um comunista, em plena Ditadura.

Hoje, Danuza disfarça a idade. Nada de Getúlio, Dutra, ou mesmo Carmem Miranda nas conversas do clube.

Divorciada na Abertura, novamente casada nas Diretas-Já. Órfã de Tancredo. Viúva no Plano Collor. O marido não aguentou o tranco: um mal súbito o pegou na fila do



Dia de São Pedro, porém, quem lhe surge à porta? Magro, sorridente, de jeans e camisa xadrez. O cabelo acaju a confundiu um pouco, é verdade. Mas o sorriso, ah!, o mesmo sedutor do passado. A mesma boca que lhe roubara beijos

Banco do Brasil, na véspera do confisco.

Imitava as amigas. Nem um fio branco. Louras, ou no estilo asa de graúna. Os cirurgiões plásticos já faziam o que podiam para eliminar rugas e papadas.

O pior de ser viúva era ter que parecer honesta. De todo modo, faltava com quem prevaricar. Até para pecar a coisa estava complicada. Invejava os homens. Eles não tinham pudor. Contavam vantagens. Come-quietos, traçaram mulheres de amigos e inimigos. Partilharam o leito de prostitutas estrangeiras. Sem pagar, é claro. Pênis de ouro. Canalhices que nem cometeram. Gabavam-se dos filhos que deviam ter por aí.

Depois da morte da avó, Danuza nunca mais voltou a Três Marias.

Dia de São João, no primeiro ano do governo Lula, o porteiro avisou: alguém chamado Rubens Sacramento Filho queria subir.

Rubens, o moço, traços finos como os de Celina, viera morar no Rio com a mulher e a filha. Abraçou a tia e, comovido, contou que, seis meses atrás, a mãe sofrera um infarto. Ninguém sabia de Danuza. Só recentemente ele descobrira o endereço no setor de inativos da Fazenda.

Chorou um pouco pela irmã. A viuvez do cunhado não importava muito. Juntos, o que faziam com as suas artroses e hipertensões?

O tempo não perdoa os amores da mocidade.

Dia de São Pedro, porém, quem lhe surge à porta? Magro, sorridente, de jeans e camisa xadrez. O cabelo acaju a confundiu um pouco, é verdade. Mas o sorriso, ah!, o mesmo sedutor do passado. A mesma boca que lhe roubara beijos.

Sem hesitar um segundo, Danuza deixou entrar para sempre, em sua vida, Rubens Sacramento – o velho. Quem precisa do perdão do tempo? A medicina está aí, com suas pílulas azuis.

*Servidora aposentada do TRT da 1ª Região.

Sisejufe luta pela tramitação da PEC 34

Tatiana Lima*

Na tarde de segunda-feira, 22 de agosto, às 14h, em Duque de Caxias, o diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano acompanhado da assessora política Vera Miranda e do diretor sindical Nilton Alves Pinheiro, se reuniram com a deputada Andreia Zito e seu chefe de gabinete, o professor Hermano Tavares. A pauta da reunião foi a luta pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 34/2007 na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). A PEC 34 trata da ascensão funcional dos servidores públicos.

Criada pelo ex-deputado Índio da Costa, com assinatura da deputada Andreia Zito, a PEC 34 teve aprovada sua admissibilidade em 9 de setembro de 2007 pela CCJC, restabelecendo o concurso interno para ascensão funcional suprimido pelo artigo 37 da Constituição de 1988. No entanto, Índio da Costa não chegou ao final dos trâmites necessários para a PEC ser apreciada em plenário na Câmara dos Deputados. Com o fim do mandato do deputado Índio da Costa, então no DEM, a mesa diretora da Casa arquivou a emenda conforme o art. 105 do Regimento Interno, em 31 de janeiro deste ano.

Contudo, em 7 de junho, a deputada federal Andreia Zito, uma das signatárias do pedido da PEC, solicitou à mesa diretora da Câmara o desarquivamento da emenda. Em 16 de junho, já com o PEC 34 desarquivado, a deputada apresentou o requerimento nº 2192/2011, no qual solicita a abertura de uma nova Comissão Especial para emitir parecer a proposta de emenda. Um novo parecer é preciso



PEC 34: Reunião do Sisejufe com a deputada Andreia Zito, em Caxias, tratou da ascensão funcional

porque quando uma emenda é arquivada – mesmo tendo sido aprovada – é necessário reiniciar o trâmite da proposta desde o início.

Demanda coletiva e importante para o Judiciário

Na reunião em Duque de Caxias, a assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, explicou para a deputada que a PEC 34 vem ao encontro aos interesses de todos os setores do funcionalismo público. "É uma demanda coletiva pela ascensão funcional seja no Judiciário ou os setores universitários. A ideia é firmarmos um compromisso político para unirmos forças, tanto de parlamentares quanto das categorias dos setores públicos, e realizarmos encontros com outros deputados, tecendo uma ampla mobilização", disse Vera Miranda. De acordo com a assessora política, existe a constante preocupação com o seguimento da carreira. "A prova é que em toda mobilização ou manifestação, a ascensão funcional é reivindicada. É uma demanda que está no topo das preocupações dos servidores públicos", afirmou.

O diretor sindical Roberto Ponciano, esclareceu para a de-

putada Andreia Zito que "não há dentro do serviço público quem seja contra a ideia de ascensão funcional e, portanto, mobilizar a categoria para pressionar o trâmite da PEC 34 é de interesse de todos". "Esse pequeno grupo que está aqui é a ponta de lança de uma ação muito maior. Uma série de adesões que podemos fazer a partir de agora pela luta da PEC 34, tanto na Fenajufe, quanto na CUT estadual", disse Ponciano.

Para ele, é importante que parlamentares referendam o projeto e os sindicatos realizem mobilização no Congresso. "Nós do Sisejufe acreditamos ser fundamental a tramitação da emenda e sua aprovação. O tema tem amplo apoio da CUT e também foi aprovado durante a Plenária da Fenajufe", ressaltou o dirigente sindical.

Segundo a deputada Andreia Zito, a mobilização era o que faltava para que a PEC 34 volte a tramitar: "Se não houver mobilização em relação a qualquer matéria no Congresso, as demandas não tem continuidade e não andam. Quando o trabalho do parlamentar tem o apoio de sindicatos e das categorias envolvidas, fica difícil para a Câmara não atender a proposição", explicou a deputada.

Chefe de gabinete pede união de forças

Para o chefe de gabinete da deputada, professor Hermano Tavares, apenas o apoio da deputada não será o bastante. Para ele, o movimento precisa ser conjunto. "Todas as entidades de classe do serviço público tem de unir forças para fazer a PEC 34 ganhar adesão. Precisamos criar a comissão mista (formada por senadores e deputados) para um novo parecer", explicou Tavares. Segundo ele, entidades como a Fasubra, a Fenajufe, a Federação dos Bancários, entre outras, precisam se unir e serem solidárias para garantir o trabalho de corpo a corpo com os deputados.

O chefe de gabinete da deputada concordou com o diretor do Sisejufe: a PEC 34 não pode servir para a volta dos chamados "trens da alegria", mas sim para regulamentar um direito e um instituto que foi soterrado pelo seu péssimo uso. Hermano Tavares acredita que a sociedade só aceitará a ascensão funcional se vier com critérios claros e definidos – o que é contemplado pelo substitutivo construído pelos trabalhadores.

*Da Redação.



Contra rótulos e estigmas, o esclarecimento do debate e a força da mobilização

Sindicatos, associações e parlamentares participaram de evento que discutiu projetos que afetam o servidor público

Max Leone*

A luta em defesa do serviço público saiu mais fortalecida após evento promovido pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal-RJ), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados (SindSusep) e Sindicato Nacional dos Servidores da Comissão de Valores Mobiliários (SindCVM), na tarde de 11 de julho. Com a participação de mais de 200 pessoas, que lotaram o auditório do Banco Central, no Centro do Rio, o debate “Em Defesa do Serviço Público”, que contou com apoio do Sisejufe e da Fenajufe, marcou nova etapa nas discussões e na organização do trabalho contra a tramitação de propostas no Congresso Nacional que afetam diretamente a categoria como o Projeto de Lei Complementar 549/09 e o Projeto de Lei 1.992/07. Os participantes aproveitaram para pedir apoio dos deputados federais Chico Alencar (Psol-RJ), Andreia Zito (PSDB-RJ) e Felipe Bornier (PHS-RJ) aos projetos que beneficiam os servidores públicos, entre eles as PECs 555/06, 210/07 e 270/08.

“Existe um estigma de que o servidor público é preguiçoso, indolente, marajá, recebe altos salários. Mas essa não é nossa realidade. Cada presidente da República que assume com

discurso de austeridade, direciona a tesoura para o serviço público pois ali é fácil de ser cortado. Parece que é um paradigma, um modelo a ser seguido. Não há necessidade de ultrapassar o limite de corte da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por isso temos que estar unidos. Este evento servirá também para mostrarmos aos parlamentares presentes o que nós, servidores, estamos pensando”, declarou João Marcus Monteiro, presidente do Sinal-RJ, ao abrir o debate.

Um dos convidados, o economista Washington Luiz Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de São Paulo (Sintrajud-SP), fez exposição sobre o impacto que o PLP 549 terá, caso entre em vigor, na vida dos servidores e da sociedade em geral. “Esse PLP, o 549, tem efeito nocivo. Ele não prevê limite para o funcionalismo como um todo e sim por poderes e para os órgãos do serviço público, separadamente. Isso representaria um grande arrocho. Na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o limite é um só. O PLP 549 foi apresentado pelo gover-

no para criar novas limitações”, explica Lima.

O economista levou para o debate uma série de números para demonstrar o resultado sobre o funcionalismo. Segundo Washington Lima, de 2003 a 2009, o governo gastou R\$ 1,632 trilhão com a dívida pública, recursos oriundos das limitações de gastos previstos na LRF. “A prioridade da LRF é o pagamento da dívida pública do governo”, acrescenta. De acordo com o economista, o PLP 549 dá a falsa impressão de que haverá reposição da inflação mais 2,5% para os salários dos servidores. Mas, segundo ele, o crescimento vegetativo anual da folha, estimado a chegar em 5% pelo Dieese, se sobreporia à proposta do governo. Sem contar que o projeto prejudica também a contratação de novos servidores.

“Se o projeto já estivesse em vigor, entre 2001 e 2010 a redução na folha seria da ordem de R\$ 48 bilhões, ou de 28%. Só no Judiciário Federal, o corte seria de 33%, ou seja, um terço da folha de pessoal. No STF, o corte teria sido de 40%; no STJ, de 30%; e no CNJ, de 84%. O PLP aprovado representará um sucateamento

sem precedentes no serviço público brasileiro”, alertou.

Autora da PEC 270/2008, que garante ao servidor aposentado por invalidez permanente o direito ao salário integral e à paridade com ativos, a deputada federal Andreia Zito, que faz parte da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), defendeu a aprovação da PEC o mais rapidamente possível. Segundo ela, a PEC fará justiça com aposentados que acabam escondendo suas doenças para não ter proventos reduzidos. A deputada vem colhendo assinaturas de colegas no Congresso para criação de uma Frente Parlamentar Em Defesa do Serviço Público. De acordo com assessores da deputada, pelo menos cem nomes já estariam confirmados, sendo necessário um total de 171 assinaturas para a frente ser constituída.

Sem pressão, o servidor “dança”

O deputado federal Chico Alencar fez um relato histórico dos ataques que o serviço e os servidores públicos do país sofreram ao longo dos anos. Ele lembrou que entre os anos 1970 e 1990 prevaleceu a tese de que o privado seria sempre melhor do que o público, culminando com o processo “avassalador das privatizações”, com a desculpa de que o governo é gastador e que parcerias com a iniciativa privada é o ideal, ficando de lado o bem-estar social. “A história mostra que sem organização, mobilização e luta, o servidor dança. Sempre cobramos nas reuniões de líderes a votação da PEC 270. Mas, sem pressão, nada se vota naquela Casa. O PLP 549 é o projeto do arrocho dos salários dos



Fotos: Alonso Monteiro
Washington Luiz Moura Lima: o PLP 549 representa o sucateamento do serviço público

servidores. É preciso disposição de luta. Vejam o que fizeram os bombeiros no Estado do Rio”, afirmou Chico Alencar, referindo-se à mobilização dos bombeiros fluminenses que foram presos após manifestações mas conseguiram arrancar parte de suas reivindicações do governo do estado.

O presidente nacional do Sinal-RJ, Sérgio da Luz Belsito, cobrou a votação e aprovação da PEC 270 para corrigir injustiças com os aposentados. Ele também deu informes e explicações sobre os outros projetos que estavam na pauta do debate, como PLP 549/09 e o Projeto de Lei 1.992/07.

“O 549 desqualifica o serviço público. Não teremos avanços em negociação coletiva, ficaremos sem reposição de quadro de pessoal. O PL 1992, que instituiu o regime de previdência complementar para servidores, é praticamente a privatização da Previdência do funcionalismo público. O governo não aceita negociar esse projeto. Por isso, precisamos de uma Frente Parlamentar poderosa contra os projetos que nos prejudicam. Temos que agendar um novo evento com mais deputados e senadores do Rio e fechar uma proposta em defesa do serviço público”, defendeu. Ele propôs ainda a realização periódica de reuniões com entidades representativas para intensificar o movimento de mobilização.

*Da Redação.

Relator apresenta parecer contrário ao PLP 549

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/2009 sofreu mais uma importante derrota na Câmara Federal. No dia 16 de setembro, o deputado Pepe Vargas (PT-RS), relator da proposta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, apresentou parecer contrário à matéria. O projeto, aprovado no Senado, limita o aumento da despesa com pessoal, no período entre 2010 e 2019, à reposição da inflação, mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB, o que for menor.

“Voto pela não implicação orçamentária e financeira do Projeto de Lei Complementar 549, de 2009, não cabendo pronunciamento quanto a sua adequação financeira e orçamentária. E, quanto ao mérito, somos pela rejeição do Projeto”, escreveu o deputado.

É o segundo parecer contrário e que pede a rejeição do projeto na comissão. Na primeira vez, o parecer foi apresentado pela então deputada Luciana Genro (PSOL-RS), designada pelo então presidente do CFT, Pepe Vargas, hoje o atual relator. Como a deputada gaúcha não conseguiu se reeleger,

o projeto foi redistribuído na comissão.

Antes, em análise na Comissão de Trabalho da Casa, a proposta que é de autoria do senador Romero Juca (PMDB-RR), foi rejeitada por unanimidade em 12 de maio de 2010.

Atualmente, a LRF prevê o limite de gastos da União em 50%, sendo 37,9% do Executivo, 6% para o Judiciário, 3% para DF e ex-territórios, 2,5% ao Legislativo e 0,6% ao MPU. O órgão que exceder o limite fica impedido de criar cargos, empregos ou funções, de alterar a estrutura de carreira.

A posição de Pepe Vargas é um importante passo no caminho da rejeição do PLP na comissão. Quanto ao mérito, o deputado defendeu a rejeição do projeto. No parecer, ele afirma “que diferentemente da situação de muitos estados e municípios, os relatórios de gestão fiscal na União mostram que o nível de comprometimento da receita corrente líquida com as despesas com pessoal e encargos, apesar de seu expressivo crescimento, encontram-se, de forma geral, aquém dos limites previstos na LRF”, o que garantiria certa tranquilidade às contas do governo com pessoal.

Pepe Vargas considera o período de 10 anos de vigência

do projeto “extremamente longo, dado o grau de incerteza acerca da operacionalização e dos resultados das medidas a partir dos parâmetros estabelecidos no projeto de lei complementar”. Para o parlamentar, existe o risco de a medida “se revelar inadequada às reais necessidades de gestão de recursos humanos ou do próprio controle de gastos”.

O deputado avalia que “a fixação de limites globais poderá comprometer a política do governo de corrigir eventuais distorções remanescentes na estrutura de cargos e salários na administração pública”. Ele adverte que “somente as carreiras com maior poder de barganha e maior influência sobre os Poderes seriam beneficiados com aumentos”.

Ao encerrar o parecer, o relator afirma ser necessário “considerar que existem, além dos instrumentos orçamentários já citados, um conjunto de alternativas no campo da gestão de recursos humanos que poderiam ser implementadas desde já para conter ou diminuir a pressão sobre os gastos com pessoal e encargos sociais”.

A resistência do povo Mapuche num Chile cada vez mais neoliberal

Texto e fotos
Carlos Latuff

Mapuche significa “povo da terra” e é por terra, pela sua terra, que esse povo originário do sul da Argentina e Chile, vem lutando desde a colonização espanhola no séc.16. Os inimigos dos Mapuche hoje são o Estado chileno e as empresas transnacionais, cuja fome por território e recursos naturais não respeita fronteiras ou povos. É o caso da Celulosa Arauco y Constitución (CELCO), indústria que quer instalar um

Llaitul Carrillanca e Jonathan Huillical Méndez, iniciaram uma greve de fome contra a decisão judicial que os sentenciou a 25 anos de cadeia pela Lei Antiterrorista, por sua suposta participação numa emboscada a um promotor e policiais que incursionavam a noite por uma comunidade Mapuche. Depois de mais de 80 dias da greve, a justiça chilena decidiu reduzir a pena, mas não revogou a condenação. Mesmo com a repressão, a juventude Mapuche vem se organizando para resistir e resgatar, não apenas seu território, como também suas tradições, crenças e o Mapudungun, seu idioma nativo. No séc.19, o Chile lançou uma campanha de limpeza étnica, conhecida como “Pacificação da Araucania”. Já no séc.20, Salvador Allende tentou com a reforma agrária fazer justiça aos Mapuche, mas foi interrompido por um golpe militar em 1973. De lá pra cá, seja com Augusto Pinochet, a Concertación ou o atual presidente, o neoliberal Sebastián Piñera, o Chile quer o que nem a Espanha conseguiu na colonização das Américas: subjugar os Mapuche. E como os espanhóis, os chilenos vão também fracassar.



Se já não fosse suficiente a ameaça de tsunamis, a região costeira de Mehuín, no Chile, enfrenta a onda neoliberal

duto para escoar resíduos tóxicos na região costeira de Mehuín, onde existem uma comunidade Mapuche e uma colônia de pescadores. Eles resistem a sua construção, tendo em vista o grave impacto que causará a área. Além da sanha de grandes companhias, os nativos tem de enfrentar o terrorismo de estado. Em 2008, durante ocupação de um terreno reclamado pelos Mapuche, o jovem Matías Catrileo foi morto pelas costas por um carabiniero (policia militar chileno). Em 2011, José Huenuche Reiman, Ramón Llanquileo Pilquiman, Héctor



1 – Maria alimenta a criação no quintal de sua casa em Villa Nahuel, comunidade Mapuche localizada em Mehuín, Chile. 2 – Cabana tradicional Mapuche em Villa Nahuel, em Mehuín. Aqui a gente do povoado produz a chicha de manzana, bebida tradicional do sul do Chile. 3 – Pescadores em Mehuín, ameaçados pela construção de um duto de resíduos tóxicos. 4 – A Comunidade Mapuche e os pescadores resistem a construção do duto pela Celulosa Arauco y Constitución 5 – A bandeira Mapuche erguida num protesto diante do La Moneda, sede da presidência, em Santiago, Chile. 6 – Manifestante desafia um carabiniero tendo nas mãos um cartaz que exige liberdade para 4 presos Mapuche em greve de fome. 7 – Durante protesto na capital chilena, mulher Mapuche, em trajas típicas, é cercada por policiais. 8 – A cara da repressão: Carabineros durante manifestação em Valdivia, sul do Chile.



Sindicato: sujeito coletivo de resistência dos trabalhadores: seu papel histórico e sua atualidade



Na luta política e ideológica atual, uma das formas mais persistentes utilizadas nas tentativas para enfraquecer e confundir o papel dos sindicatos, são várias e multifacetadas teorizações em torno da crise sindical. Não há dúvida em relação à concreticidade das assertivas que dizem que o movimento sindical enfrenta enormes problemas e dificuldades, exigindo profunda reflexão sobre a sua orientação, ação e organização

Helder Molina*

O debate sobre o papel dos sindicatos, na atual hegemonia do capital e suas metamorfoses, é marcado por profundas divergências (mas essas divergências estão presentes desde o nascimento do movimento operário) e sobre quais seriam suas tarefas na luta contra o capitalismo e pela construção de uma nova ordem econômica, social e política, desde meados do século XIX e perpassando todo o século XX.

Nessas análises e debates, constatamos profundos antagonismos. De um lado, uma visão marcada pelo esquerdismo – que carrega tintas nas denúncias e exigências, com um programa muitas vezes ultimista e doutrinário e, por isso mesmo, incapaz de dialogar com as massas de trabalhadores, propondo-se como alternativa, mas se isolando dos processos vividos por elas. De outro lado estão a ideologia liberal e sua concepção e prática sindical, com um discurso e projeto reinventado, que se constituem com cara própria, ou vários caras de um mesmo projeto societário de adequação ou conservação da ordem capitalista.

Como subproduto desta última, identificamos as concepções reformistas, que têm como objetivo a conquista de melhores condições de trabalho e de vida, sem estar adaptado à sociabilidade capitalista, sem

contudo romper com o projeto societário desse modo de produção. Uma humanização do capitalismo, como se assim fosse possível.

Os sindicatos enfrentam problemas e dificuldades, que exigem profunda reflexão sobre a sua orientação político-ideológica, ação, organização e formas de intervenção e perspectivas tático-estratégicas, frutos das alterações radicais na composição e estratificação da sua base social, provocadas pela profunda revolução no processo produtivo. Essa crise se relaciona com a enorme ofensiva desregulamentadora, para eliminar ou enfraquecer os direitos históricos dos trabalhadores.

A crise capitalista e seus elementos sócio-regressivos só aprofundaram as tentações neocorporativas e as práticas burocráticas sob o discurso de sobrevivência e da prática possível diante das dificuldades da ofensiva do capital.

Para Marx, enquanto o movimento dos trabalhadores manteve vínculos exclusivos vinculado à forma sindicato, cuja característica é a luta meramente defensiva, de caráter econômico ou político, contra o capital, o movimento continuará com sérias limitações diante da própria lógica do capital, submetida a esse “sujeito” que domina o complexo societário contemporâneo.

Esta experiência mostrou que a partir da própria produção

capitalista, do coração do sistema já era possível construir um duplo sentido. O horizonte limitado dos sindicatos dentro da ordem capitalista faz com que tenham limites em transpor esta ordem, tendo um papel político e pedagógico importante no sentido de mostrar à classe trabalhadora seus limites em se reformar.

Além de reconhecer o valor das lutas sindicais, Marx não deixou de destacar a necessidade estrutural delas. As lutas econômicas faziam parte da própria condição operária, eram intrínsecas à condição da mercadoria-força de trabalho. Para ele, o sindicalismo e os sindicatos eram uma condição própria do mundo industrial capitalista que demonstrou ser correta. Marx destacou o valor das lutas sindicais, seus aspectos políticos e sua importância moral para a classe trabalhadora, ele manteve sempre uma posição de crítica do sindicalismo e dos seus limites.

Mesmo o sindicalismo de indústria, um sindicalismo de massa que veio a prevalecer durante o século XX, possuía também, como característica principal, a luta meramente defensiva contra os abusos dos capitalistas.

A luta contra o capital não deve se reduzir somente à esfera do salário e do emprego, sob pena de reduzi-las às reivindicações corporativas. Isso porque ao lutarem por aumentos salariais, os trabalhadores lutam contra os efeitos e não

A luta contra o capital não deve se reduzir somente à esfera do salário e do emprego, sob pena de reduzi-las às reivindicações corporativas. Isso porque ao lutarem por aumentos salariais, os trabalhadores lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo: que aplicam paliativos e não a cura da doença

contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo: que aplicam paliativos e não a cura da doença.

O que fazer?

É verdade que vivemos um tempo complexo, com profundas e aceleradas mudanças no mundo do trabalho, de globalização, crise do emprego formal e do trabalho assalariado. Um tempo em que a dominação capitalista se traveste de novas formas de gestão e métodos de produção, novas sociabilizações baseadas no consumo, no individualismo, na competição e na desenfreada busca de respostas individuais para problemas que só podem ser resolvidos coletivamente.

As inovações tecnológicas, o endeusamento do mercado, que transforma o dinheiro numa religião, a alienação crescente dos jovens, a falta de perspectivas profissionais, a exclusão crescente das massas trabalhadoras, colocam para nós o desafio de se debruçar nos estudos, abandonar as respostas fáceis, os chavões, as palavras de ordens vazias de conteúdos, e aprofundar na reflexão política da realidade em que vivemos.

Ao nosso ver, a formação é uma ferramenta fundamental para consciência de classe e ação política dos trabalhadores, mais do que nunca os sindicatos precisam investir na formação política e sindical de seus dirigentes e militantes.



Essas questões só podem ser compreendidas se estudar paciente e atentamente a realidade. Resgatar esse desejo e essa possibilidade de rasgar o tecido do modo de vida e de produção capitalista, do ponto de vista da produção intelectual e da luta política concreta.

Na concepção de Gramsci, os sindicatos devem atuar como educadores coletivos da classe para sua emancipação, e para disputar hegemonia na luta contra o capital e suas ideologias. A crise social e seus elementos socioregressivos só aprofundaram as tentações neocorporativas e as práticas burocráticas sob o discurso de

sobrevivência e da prática possível diante das dificuldades da ofensiva do capital.

Para que a produção de intelectuais possa acontecer, no caso da burguesia, esta conta com os aparelhos de hegemonia como o próprio Estado e suas instituições, os meios de comunicação, a educação etc. No caso da classe trabalhadora, ela conta com os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos operários.

*Historiador, mestre em Educação, doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana, professor da UERJ, educador sindical e assessor de formação da CUT Rio.

Dia do Jongo no calendário oficial

Deputado apresenta, na Alerj, Projeto de Lei que institui o 26 de julho como Dia do Jongo no calendário oficial do estado. O Dia de Santana é comemorado há quase dois séculos pelos jongueiros, como dia de lembrar os antepassados e reverenciar a própria história com a roda



Fotos: Gabinete do Deputado Robson Leite



Medalha Tiradentes: Robson Leite entrega honraria à Tia Maria



Roberto Ponciano: é um dos idealizadores da campanha Uma Casa para o Jongo

pos de todo o estado, no pátio do Palácio Capanema, sede do Ministério da Cultura, no RJ. Tia Maria, emocionada, relembrou a figura de Mestre Darcy em seu agradecimento para, em seguida, abrir a roda com a Medalha Tiradentes no peito, maior comenda do estado.

O evento foi aberto com a exibição do filme “Passados Presentes”, produzido pelo Pontão do Jongo e pelo LABHOI/UFF, apresentado pela Professora Martha Abreu, da UFF. Em seguida, um debate sobre políticas de valorização do jongo e da cultura popular reuniu jongueiros, acadêmicos e poder público.

Dyonne Boy, coordenadora executiva da ONG Jongo da Serrinha, expôs a dificuldade enfrentada pela comunidade para a construção de uma sede própria, que pretende ser um grande centro cultural. Marcos André Carvalho, jongueiro e coordenador de Economia Criativa da Secretaria de Estado de Cultura, foi além: “Todos os grupos precisam de um centro cultural. O problema é maior para as comunidades do interior, que são mais pobres, e onde as secretarias de cultura também não contam com muitos recursos. O poder estadual deve colaborar”. Marcos ressaltou também a importante luta para que os mestres de cultura popular tenham acesso à aposentadoria.

André Diniz, chefe da representação do MinC no Rio de Janeiro; Rodrigo Nascimento, representante regional da Fundação Cultural Palmares; Cláudia Márcia Ferreira, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; Deborah Cheyne, presidenta do Sindicato dos Músicos; Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe; e dezenas de grupos jongueiros de outros estados, também estiveram presentes, demonstrando seu apoio, expondo suas pautas e lutas.



Fotos: Gabinete do Deputado Robson Leite

A rica história de um dos pais do samba

O jongo, ritmo e dança de origem africana, foi durante o longo período da escravatura uma das únicas manifestações públicas permitidas aos negros e permaneceu como expressão importante da cultura africana em nosso país, principalmente no estado do RJ, nos períodos seguintes. Considerado um dos pais do samba, foi trazido pelos negros de origem bantu, que ocuparam as fazendas de café do Vale do Rio Paraíba. Praticado principalmente nas zonas rurais, o jongo se espalhou por todo o sudeste com as ondas de migração após a abolição. Se o ritmo foi aos poucos sumindo das rodas de música populares, as quais dominava até os anos 1920, permanece muito forte e atuante graças à força da tradição oral – rodas e grupos quilombolas mantêm o jongo vivo por toda a região. Aqui no Rio, temos rodas do norte ao sul do estado, passando pela capital, onde se destaca

o Jongo da Serrinha, comunidade da Zona Norte da cidade inicialmente habitada por descendentes de escravos. Foi a partir da estruturação do jongo na Serrinha, com Mestre Darcy, que o ritmo começou a se popularizar e tornou-se o primeiro bem imaterial do estado do Rio de Janeiro registrado no IPHAN. “Esperamos contribuir com a preservação e difusão desse ritmo que ajudou a construir muitos outros que escutamos hoje, e combater os preconceitos ainda vinculados às rodas. Além disso, tenho certeza que a valorização do jongo enquanto expressão cultural ajudará a reescrever a história da população negra. Estabelecer um dia de debates sobre o jongo nas escolas pode transformar a relação de milhares de jovens com a sua própria história e cultura”, defendeu Robson.

O Sisejufe, através da atuação Departamento de Formação e Cultura, está apoiando a campanha “Uma casa para o Jongo da Serrinha”.

Fonte: Assessoria de Comunicação do gabinete Robson Leite/Edição: Sisejufe.



Cai a violência contra mulheres no Rio



Max Leone*

O Rio de Janeiro é um dos estados em que as mulheres parecem estar sofrendo menos violência. Comparativamente com outras regiões do país, o estado apresentou queda de 43,3% nos índices de homicídios entre 1998 e 2008, segundo o estudo Mapa da Violência realizado pelo Instituto Sangari. Mas ocupa atualmente a 12ª posição do ranking nacional dos estados em que as mulheres mais sofrem com violência. A posição anterior, em 1998, no entanto, era de 4º colocado com uma taxa de homicídios de 7,9 para cada 100 mil mulheres. O número baixou para 4,5 há três anos.

“Essa diminuição está inserida em um contexto geral de redução de violência. A partir de 2004 os dados gerais apresentam melhora nos índices. Tudo isso fruto de pressões internacionais e mais investimentos nos setores de repressão, aliados à campanha nacional de desarmamento”, avalia o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador do Mapa da Violência e

diretor de pesquisas do Instituto Sangari.

Além dos fatores citados pelo coordenador da pesquisa, um outro grande motivador para a queda nos índices, principalmente nos grandes centros, seria a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006. A secretária das Mulheres Trabalhadoras da CUT-RJ, Virgínia Berriel, acredita que a legislação tem feito as mulheres tomarem coragem para denunciar os casos de violência doméstica que por ventura sofreram. E os homens também teriam percebido que a impunidade, nesses casos, não é mais tolerada. “A Lei Maria da Penha se tornou um instrumento público. Com o cumprimento da lei, as mulheres ganham confiança e passam a denunciar. É um estímulo para dar um freio na violência. A mídia também tem contribuído para a divulgação da lei, das penalizações, e isso também é muito importante”, afirma Virgínia.

Na avaliação de Julio Waiselfisz, uma maior integração entre os governos estadual e federal

no campo de Segurança Pública também contribuiu para a redução dos índices de violência no estado, além da Lei Maria da Penha. Ele destaca que os dados ainda não refletem o impacto que o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, poderá promover nas comunidades do Rio. Atualmente, há 18 locais em que o governo do estado implementou as unidades. A primeira foi na Favela Santa Marta, em Botafogo, em novembro de 2008, e as últimas comunidades ocupadas foram a do Morro da Mangueira e do Tuiuti, em 19 de junho de 2011. “As UPPs começam a ser implantadas em 2008 e nosso estudo não detectou a influência do projeto”, diz.

Sobre uma possível tendência de os índices se manterem em queda, o diretor do Instituto Sangari afirma que ele percebe uma estagnação deles. “Os números caíram ou estabilizaram. Pelo menos não estão crescendo. A espiral da violência parece ter dado uma freada,” avalia, ressaltando que conforme as estatísticas dos 27 estados, o número de assas-

Estado é o 12º no ranking nacional. Em 1998, era o 4º mais violento. Queda do índice é de 43,3%

sinatos de mulheres estacionou no mesmo patamar há mais de uma década: em 2008, houve 4,17 assassinatos para cada cem mil mulheres. Em 1998, foram 4,27 homicídios para cada grupo de cem mil. Os dados são baseados em informações do Ministério da Saúde.

De acordo com o Mapa da Violência, dos 26 estados pesquisados e mais o Distrito Federal (DF), 13 apresentaram queda dos índices, enquanto 14 unidades da federação tiveram aumento nos números registrados. A média em todo o país marcou uma queda de 2,4% entre 1998 e 2008. Os estados que tiveram as maiores baixas foram São Paulo (-45,3%), Rio de Janeiro (-43,3%), Mato Grosso (-30,5%), Mato Grosso do Sul (-29,6%) e Rondônia (-27,1%). As maiores altas aparecem na Bahia (+173,9%), Rio Grande do Norte (+154%), Maranhão (+137,6%), Sergipe (+110,8%), Pará (+95,4%), Goiás (+79,6%) e Alagoas (+62,4%).

*Da Redação



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. A PIOR CICATRIZ É A QUE FICA NA MEMÓRIA.

Pioneirismo da Lei Maria da Penha é destaque na ONU

O pioneirismo do Brasil para coibir a violência contra a mulher foi destaque no exterior. Relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU) cita a Lei Maria da Penha como uma das principais medidas no mundo em defesa dos direitos femininos. A versão 2011/2012 do documento enfatiza a importância de canais que permitam as mulheres procurarem a Justiça para se proteger. O texto é da UN Women, entidade da ONU em favor da igualdade de gêneros e do fortalecimento da mulher.

Um relatório sobre a situação das mulheres no mundo, divulgado no primeiro semestre pela ONU, cita a Lei Maria da Penha, criada no Brasil para combater a violência doméstica, como uma das pioneiras no

mundo na defesa dos direitos das mulheres.

A versão 2011/2012 do relatório Progresso das Mulheres no Mundo tem como foco o acesso da mulher à Justiça.

“Identificando falhas ou mudando leis que violam princípios constitucionais ou os direitos humanos, tais casos (como o de Maria da Penha) podem motivar ações governamentais para prover aos cidadãos, garantir direitos iguais das minorias ou acabar com a discriminação”, diz um trecho do relatório da ONU.

Além da Lei Maria da Penha, o relatório cita ainda a liderança do Brasil e da América Latina na criação de delegacias especiais para mulheres. O texto afirma que 13 países latinoamericanos e caribenhos possuem postos

policiais especializados. “O Brasil abriu a sua primeira delegacia da mulher em 1985, em São Paulo. Hoje existem 450 delegacias de atendimento à mulher (Deam) em todo o país. Elas ajudaram a aumentar a conscientização e levaram a uma alta nas denúncias de violência contra mulheres”, diz o texto.

Relembra o caso

A Lei 11.340/2006 é conhecida como Lei Maria da Penha devido ao caso da biofarmacêutica Maria da Penha Fernandes, que ficou paraplégica depois de que seu marido, o economista colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, tentado matá-la por duas vezes. Sancionada em 2006,

a lei aumentou o rigor nas punições aplicadas em casos de violência doméstica. Ela impede, por exemplo, a aplicação de penas alternativas, além de possibilitar a prisão preventiva e a prisão em flagrante dos agressores.

O marido de Maria da Penha foi preso somente em 2002, depois de vários anos de recursos na Justiça e de uma decisão do Tribunal Interamericano de Direitos Humanos, instando o governo brasileiro a tomar medidas em relação ao caso. Após 16 meses na prisão, Heredia passou ao regime semiaberto. Em 2007, o colombiano ganhou liberdade condicional. Atualmente, Maria da Penha atua na defesa dos direitos das mulheres.

A história de Jana

Esta é uma história longa, longa e sem fim. E mesmo que um dia venha a ter um fim, será um fim bem triste. Mas sempre será verdadeira... Esta é a história de Jana, e teve início nos anos 70

Lorena Moroni Girão Barroso*

Jana nasceu de mãe gaúcha, descendente de italianos, e pai cearense, com gotas de sangue espanhol. Essa mistura de raças e tipos deu-lhe uma beleza e um sorriso que chamavam a atenção por onde passava. Embora tenha nascido em Fortaleza, veio, ainda bem pequena, para o Rio de Janeiro com seus pais e, logo em seguida mudaram-se para Petrópolis, pois seu pai era médico, formado pela hoje chamada Unirio, e sua mãe era formada em Enfermagem, pela tradicional Escola Anna Nery, da UFRJ. Ambos foram convidados a trabalhar em Correas, distrito de Petrópolis, no Hospital do Canavial. Ali, em constante contato com o povo doente e necessitado que procurava tratamento naquele hospital, Jana criou-se. Mas foi ali também que Jana começou a conviver com muitas pessoas de alto nível educacional, cultural e financeiro, quando seus pais

foram convidados a integrar o Lion's Club, associação internacional que tem por finalidade a prestação de serviços variados a comunidades carentes. Além disso, Jana estudou no que era considerado, à época, o melhor colégio de Petrópolis (naquela época os colégios públicos eram os melhores) – Colégio Estadual Washington Luiz – e sempre teve notas altas.

Sendo a irmã mais velha de três outras crianças, também tinha responsabilidade em tomar conta dos irmãos e da casa. Era uma pessoa doce, doce e feliz, com um sorriso sempre pronto a oferecer. Na condição de sua irmã caçula nove anos mais nova que ela e também de sua afilhada, ela me considerava sua bonequinha: penteava meu cabelo e escolhia minha roupa.

Mas no meio de experiências sociais tão distintas, Jana passou a preocupar-se com as diferenças e, por que não dizer, com as injustiças sociais. Desde cedo desenvolveu sua vocação para atividades que envolvessem a ajuda ao próximo. Ainda muito jovem já dava aulas particulares. Logo conheceu o movimento escotista e bandeirante e ingressou nele, chegando ao postos mais altos de liderança e tendo sob sua responsabilidade inúmeras crianças e jovens. Talvez por influência da profissão de seus pais, na área biomédica, e por conta de seu amor pelas plantas, bem cedo decidiu estudar Biologia e especializar-se em Botânica. Sempre que saía para acampar ou para fazer passeios nas montanhas, com suas bandeirantes, vinha sempre cheia de folhas e sementes, que colocava em um álbum, para classificá-las em seguida.

Naquela época era comum os irmãos menores “herdarem” as roupas dos mais velhos. Como

a família era grande e o salário de seu pai não era suficiente para tanta gente (sua mãe já havia parado de trabalhar para cuidar dos filhos), Jana economizava fazendo elas mesmas suas roupas, a partir de um curso de correspondência famoso chamado “Gil Brandão”. Quando Jana mudou-se para o Rio, para estudar, só vindo em casa nos fins de semana, era natural que eu pegasse escondido, “emprestado”, algumas de suas roupas. Quando ela descobria, as broncas eram inevitáveis.

Jana tinha lindos cabelos cacheados mas, já sob a pressão da moda, passava à ferro, literalmente, o cabelo para que ele ficasse liso, ou então colocava uma meia de nylon no cabelo e com ela ficava o dia todo. Na falta de chapinha ou de escova progressiva, era assim que as moças arrumavam o cabelo. Uma outra atividade que lhe tomava bastante tempo era o “Pen Club”, muito comum à época. Jana tinha dezenas de “pen-friends” em vários lugares do mundo e passava muito tempo escrevendo longas cartas para todos eles. Com isso, acabou por colecionar selos do mundo todo.

Um de nossos irmãos, quatro anos mais novo, era muito interessado em filosofia, o que fazia com que eles travassem longos debates filosóficos, acalentados também pela participação intensa de meu pai. Os almoços de domingo mais pareciam academias filosóficas e o único momento em que a “coisa” voltava ao cotidiano normal de uma família era quando ela falava “tumate”, ao invés de “tomate”. Nem ela mesma sabia explicar porque falava assim, mas isso sempre causava risos.

Na sua atividade como bandeirante, já como coordena-

dora, conheceu Mário Cesar, seu primeiro namorado, que também era do grupo de escoteiros. O movimento escotista era a porta normal de entrada da maioria dos jovens de classe média, para o exercício da cidadania e da solidariedade. Era também o lugar onde praticavam atividades ditas de sobrevivência, como primeiros socorros, culinária, identificação de lugares e de animais.

No final dos anos 60 era comum que grande parte dos estudantes que desejavam fazer faculdade passasse no vestibular, mesmo com boas notas, mas não conseguisse se matricular, por falta de vagas – eram conhecidos como excedentes. Com Jana aconteceu a mesma coisa: ela havia passado em Biologia na UFRJ e em Filosofia na UCP – Universidade Católica de Petrópolis; como foi excedente em Biologia, frequentou durante algum tempo o curso de Filosofia até que fosse chamada para a UFRJ.

A ida de Jana para o Rio, para a Faculdade de Biologia, a fez afastar-se de seu namorado, pois ela foi morar com outras estudantes em um apartamento no Largo do Machado e pouco tempo tinha para atividades que não fossem relacionadas à Universidade. Uma das poucas lembranças que deixou deste período foi uma foto dos dois, guardada com muito carinho pela família dela. Naquela época não era comum tirarem foto, por isso as poucas fotos que existem de Jana são de quando ela era bebê. Mesmo assim, a maioria destas fotos sumiu nas mãos de fotógrafos. Explico: ao longo dos anos, tem sido comum a família ser procurada por repórteres para saber a história de Jana. Como não tínhamos scanner nem máquina



de fotocópia, costumávamos emprestar as fotos da Jana para que os repórteres fotocopiassem e depois as devolvessem. Mas não fosse a própria história de Jana uma história triste, muitos deles não devolveram as fotos, deixando a imagem de Jana apenas na lembrança. Um deles levou também, sem nunca ter devolvido, um pequeno diário em que ela registrava suas impressões de adolescente.

Nossos pais, por força da convivência com a dura realidade da fome e da miséria, não só das famílias de onde vieram (ambas as famílias eram muito pobres), mas também pela profissão que escolheram, tinham convicções políticas fortes sobre o que seria justiça social e sobre o papel que nossa família deveria ter na sociedade, pois eles já tinham uma ideologia formada, baseada no compromisso de sempre lutar pela justiça, pela verdade e pela melhoria da condição humana, mesmo que naquele tempo o país inteiro estivesse submerso em um regime de exceção.

O interesse de Jana em ingressar no movimento de resistência à ditadura, embora inesperado do ponto de vista de meus pais, era inevitável dada sua formação, seu caráter inquebrantável e a falta de perspectiva quanto à possibilidade de a democracia retornar ao país de forma pacífica. Não havia diálogo entre o povo e os militares, o governo respondia às manifestações populares com prisão e violência. Nossos pais acompanhavam à distância o que acontecia no movimento estudantil, principalmente no local próximo a onde ela estudava – suas aulas eram onde hoje funciona o Consulado Italiano, na Avenida Antônio Carlos, no Centro do Rio de Janeiro e onde havia muita concentração de estudantes pois era também ali que funcionava o “Bandejão”. Pouca coisa saía nos jornais, já por conta da censura, e Jana também

“Sendo a irmã mais velha de três outras crianças, também tinha responsabilidade em tomar conta dos irmãos e da casa. Era uma pessoa doce, doce e feliz, com um sorriso sempre pronto a oferecer. Na condição de sua irmã caçula nove anos mais nova que ela e também de sua afilhada, ela me considerava sua bonequinha: penteava meu cabelo e escolhia minha roupa.”

pouco falava a respeito, com a intenção de minimizar a preocupação da família, embora fosse praticamente impossível ser estudante naquela época e não se envolver no movimento de resistência.

Chegou um dia em que Jana chamou nossos pais no quarto. Fiquei do lado de fora, já pressentindo que alguma coisa grave tinha acontecido. Os três saíram do quarto chorando; meu pai me chamou e disse, aos prantos: “A Jana vai embora...”. Eu perguntei: “Pra onde?” e ele falou “Ela não pode dizer, por questão de segurança. Mas vai lá e fala com ela, pede a ela pra ficar. Se você pedir ela fica, ela é sua madrinha”. E eu pedi, insisti, mas Jana não ficou. Esse foi o dia mais triste da minha vida. Durante anos me senti



Jana e Lorena: a irmã caçula também era afilhada da estudante

culpada pela partida dela; em minha mente juvenil sempre achei que Jana tinha ido embora porque meu pedido para que ficasse não tinha sido feito com a convicção e ênfase necessárias. Embora, anos depois, eu tenha trabalhado tal aspecto em terapia e racionalmente saiba que nada faria Jana mudar de ideia, esta é uma passagem em minha vida em relação a qual sempre “desabo” de tanto chorar. É como se eu tivesse desapontado meus pais na única tarefa realmente importante que eles me deram: impedir a partida da Jana. E como falhei nisso, nada mais importa; qualquer êxito ou vitória ficará eternamente obscurecido por esta derrota: não conseguir fazer com Jana não fosse embora. E no dia seguinte, com apenas 21 anos, ela

partiu “pra lutar por um mundo melhor”...

A partir daí foi um sofrimento atrás do outro. Além da perda, em si, do convívio com a Jana, percebi ser impossível consolar meus pais e também de partilhar com quem quer que fosse esse sofrimento. Por razões de segurança, nem mesmo os irmãos e primos de nossos pais souberam o que aconteceu. Jana era a mais próxima e mais querida dos primos e tios, pois ela tinha convivido mais tempo com eles. Era natural que todos sempre perguntassem por ela, sobre seus estudos, namoro etc. Ela tinha o hábito de escrever sempre para eles, então foi muito difícil esconder a situação mas, ainda, sim, em momento algum nossos pais divulgaram o que havia ocor-

“O interesse de Jana em ingressar no movimento de resistência à ditadura, embora inesperado do ponto de vista de meus pais, era inevitável dada sua formação, seu caráter inquebrantável e a falta de perspectiva quanto à possibilidade de a democracia retornar ao país de forma pacífica. Não havia diálogo entre o povo e os militares, o governo respondia às manifestações populares com prisão e violência.”

rido, por medo de a informação “vazar” para os órgãos de repressão; sempre insistíamos nas “desculpas esfarrapadas”. Começou, então, a haver atrito entre os parentes, chegando a um ponto em que descobrimos que os demais familiares estavam achando que Jana tinha fugido com um homem casado, e por isso é que ela estaria se escondendo de todos e que não tínhamos contado a ninguém por vergonha. Imaginem o sofrimento de nossos pais, que tinham que conviver com esse tipo de mentira, num tempo em que isso era o mais alto sinônimo de desonra, e sem poder revelar que ela havia desistido de ter uma vidinha comum para poder lutar pela democracia, mesmo com risco à própria vida.

Da mesma forma escondíamos a situação de todos nossos amigos e conhecidos. Petrópolis era uma cidade pequena, em que todos se conheciam; a situação era insustentável, não podíamos receber nossos amigos em casa para não envolvê-los. Não bastasse tudo isso, nossos pais tinham a preocupação de que a repressão fizesse “sumir” um dos outros filhos. Nós nunca pudemos ter uma vida normal de adolescente, pois sempre havia a chance de um de nós ser levado pelos

órgãos de repressão, como já estava acontecendo com algumas pessoas. Toda nossa correspondência era violada e nosso telefone era grampeado.

Quando Jana partiu, combinou com minha mãe que toda primeira terça-feira do mês ela mandaria notícias por um portador. Minha mãe deveria ficar num determinado ponto de ônibus da Praia do Flamengo, com o livro “Mãe”, de Máximo Gorki, na mão. Ela seria abordada por alguém que usaria algumas palavras chave para reconhecimento e então haveria a troca de correspondência. Durante vários anos acompanhei minha mãe nessa via crucis e jamais apareceu ninguém. Chegávamos no “ponto” combinado meia hora antes e ficávamos duas horas a mais além do horário ajustado, pois minha mãe costumava dizer: “Vamos esperar mais um pouquinho, a pessoa pode ter se atrasado...”.

Meses depois, em três ocasiões diferentes, recebemos, pelo Correio, três cartas da Jana. Nelas, Jana dizia que estava dando aulas, que também trabalhava como parteira, que tinha um cachorro, que tinha tido dor de dente. Dirigia-se a nós usando nomes que usávamos quando éramos bem pequeninhos. Ela não dizia nada mais conclusivo, tudo de

forma a não dar a mínima pista para os agentes da repressão de que a carta era dela e de onde ela estava, já que nossas cartas eram todas violadas. Essas cartas chegaram meses depois da data informada no seu interior e eram um tesouro que minha mãe guardava. Por isso, foi desesperador quando um repórter pediu emprestado as cartas para tirar cópia para publicar em uma revista e sumiu com elas, nunca mais as devolvendo.

Aqui eu preciso abrir um parêntese para contar da minha dificuldade em escrever esta história. Eu a escrevi para apresentá-la à Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois eu já havia prestado depoimento em Washington sobre o assunto há dez anos, mas foi necessário apresentar, recentemente, um depoimento escrito, mais detalhado, relatando os fatos sob meu ponto de vista, para ser acrescido aos documentos e testemunhos já colhidos. Passei várias semanas tentando escrever pois sei que meu depoimento seria (como realmente foi) muito importante para que se saiba quem foi Jana. Quase fui vencida por um bloqueio, bloqueio este que tem me acompanhado ao longo dos anos, fazendo com que eu “esqueça” todos os fatos relacionados ao desaparecimento da Jana. Sempre que alguém pergunta sobre, por exemplo, quando ela foi para o Araguaia, ou quando foi o suposto desaparecimento, ou de qual grupo ela fazia parte, minha mente teima em apagar tais informações e sempre tenho que consultar anotações. Quando, no final da adolescência decidi-me por cursar a Faculdade de Psicologia, achei que iria entender o que acontecia comigo e com minha família, em relação ao sofrimento que nos cerca por tantos anos. Ledo engano: embora eu tenha estudado e bem compreendido os mecanismos de defesa da *psychê*, o muro de defesa construído por estes mecanismos continuou tão forte quanto antes, a fim



de minimizar o sofrimento causado por toda esta história. Exemplifico: durante muitos anos, após a partida de Jana, eu tinha um sonho bastante recorrente – eu sonhava que estava dormindo e, que, quando eu acordava, minha mãe vinha me avisar que Jana tinha voltado. Com isso, cada despertar era um sofrimento contínuo, pois eu via que tinha sido apenas um sonho. Fiz algumas sessões de terapia, que trouxeram a seguinte mudança nos meus sonhos: eu sonhava que eu estava dormindo e sonhando que a Jana tinha voltado, mas que, quando eu acordava desse sonho dentro de outro sonho, eu descobria que ela realmente tinha voltado e que não era apenas um sonho.

Durante muitos anos me senti “doente” mentalmente falando, pois não conseguia entender como é que eu, graduada em Psicologia e atuando na época como terapeuta, nunca superei a dor que tem acompanhado o desaparecimento da Jana. Sentia-me bastante estranha por, embora ter conseguido lidar com a morte de várias outras pessoas queridas, amigos e parentes (inclusive meus pais), nas circunstâncias mais diversas, não conseguir resolver isso. Mais ainda, por que é que eu revivia todo o processo de luto a cada vez que eu falava sobre o assunto ou a cada vez que ouvia alguém falar sobre seus familiares mortos e desaparecidos? Até que um dia li uma reportagem sobre um estudo que uma cientista social chamada Pauline Boss, fez sobre o que ela

“Compreendi que todos nós, familiares de desaparecidos (políticos ou não) estamos natural e irreversivelmente condenados a este sofrimento eterno, a não ser que tenhamos informações concretas sobre as circunstâncias da morte e, também, a indicação do local onde nossos familiares podem ter sido enterrados.”

chama de “perdas ambíguas”. Através deste estudo ela consegue explicar, por exemplo, a tenacidade de um movimento como o das “Mães da Praça de Maio”, ou a dor causada pela não localização dos corpos no atentado do World Trade Center. Pauline define a “perda ambígua” como sendo a mágoa não-resolvida que pode ocorrer quando não existem formas de atestar com certeza se uma pessoa desaparecida está viva ou morta. E explica que é uma dor que pode se perpetuar. Compreendi que todos nós, familiares de desaparecidos (políticos ou não) estamos natural e irreversivelmente condenados a este sofrimento eterno, a não ser que tenhamos informações concretas sobre as circunstâncias da morte e, também, a indicação do local onde nossos familiares podem ter sido enterrados. Na minha vida esta dor não veio sozinha – outros sentimentos a acompanham: a quase impossibilidade de confiar em alguém, o isolamento social, a dificuldade de diálogo com meus pais e meus irmãos. A este propósito, sempre lembro um poema de Brecht: “Que tempos são estes em que falar sobre árvores significa silen-

ciar sobre tantas injustiças?” Faço a seguinte correlação: que tempos são estes em que falar sobre trivialidades e sobre fatos da vida comum, significa silenciar sobre o que aconteceu com Jana? Agora percebo que o pesado silêncio que se abateu na vida familiar decorre dessa sensação de desconforto. Da mesma forma, os amigos da juventude deixaram de ser convidados para ir à nossa casa. Como explicar o fato de que minha mãe lesse todos os jornais possíveis e imaginários, e ouvisse e assistisse a todas as estações de rádio e televisão, em busca de notícias? Isso sem falar das longas horas em que minha mãe passava ao telefone, conversando com as outras mães, além das cartas e telegramas que ela diariamente redigia, em busca de informações sobre a Jana.

Tal silêncio também foi estendido à minha família atual: meu ex-marido, embora, como eu, também tenha participado do movimento estudantil na década de 80, sempre teve a impressão de que eu queria esconder dele os fatos do meu passado. Nunca consegui explicar a ele que meu silêncio era apenas uma forma de evitar a dor. Em relação a meu filho, embora

ele, desde pequeno, sempre me acompanhasse nas reuniões semanais do Grupo Tortura Nunca Mais, ele nunca puxou assunto sobre a Jana. Há apenas algumas semanas, durante uma entrevista, um repórter perguntou ao meu filho se ele tinha interesse na história da Jana e o que ele achava a respeito, então meu filho falou que tinha bastante interesse, mas que não conversava comigo sobre isso porque percebia que me causaria dor falar no assunto.

Voltando à história da Jana em si, meus pais, a partir de seu desaparecimento, passaram a procurar informações sobre ela nos quatro cantos do mundo. Já em julho de 1971, minha mãe e eu fomos para a Europa (através de uma excursão turística, para não levantar suspeitas), com o intuito de visitar algumas organizações de direitos humanos como a Cruz Vermelha e a Anistia Internacional. Não obtivemos nenhuma informação sobre Jana, mas criamos um canal direto com estas organizações, para obtenção de informações posteriores através de outros meios como, por exemplo, a Rádio da Albânia, que era a única rádio que divulgava informações sobre o que estava realmente ocorrendo no Brasil (as rádios brasileiras eram censuradas e proibidas de divulgar qualquer informação que fosse contra o Governo). Após continuarmos sem qualquer notícia, ainda por volta de 1972/1973, meu pai, através de um amigo de infância, conheceu a advogada e então perseguida política Abigail Paranhos, de quem nos tornamos amigos e por meio de quem passamos a ter contato com outras pessoas na mesma situação de busca de notícias de amigos e familiares. Passamos a considerar a possibilidade de Jana ter ido para a região do Araguaia, onde havia um movimento de resistência organizado pelo PCdoB, partido ao qual, soubemos depois, Jana havia se integrado quando estava na UFRJ.

Em 1976 entrei para a Faculdade de Psicologia da UFRJ e lá muitos colegas começaram a participar de movimentos contra a ditadura militar. Em minha militância estudantil, nunca consegui levantar o “assunto” Jana. Na verdade nunca contei nada para meus colegas e apenas em 1978, quando houve uma exposição sobre tortura ou algo parecido, é que fui sorteada, por ironia do destino, com um cartaz onde uma pessoa estava amarrada e pendurada em um pau de arara. Lembro que, foi apenas naquele momento é que contei sobre a Jana para algumas amigas mais próximas, do Centro Acadêmico do qual eu fazia parte; todas ficaram completamente surpresas em saber que alguém tão próximo a elas estava passando por aquilo; foi difícil fazê-las entender o porquê de eu estar carregando aquele fardo sozinha, mesmo explicando que havia a questão da segurança, já que qualquer coisa que eu falasse sobre a Jana poderia chegar aos ouvidos da repressão e, com isso, acontecer algo de ruim para ela ou para minha família – e todos sabíamos da existência de espões dos órgãos de repressão se fazendo passar por alunos.

A partir daí e de minha participação no 32º congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes, comecei a desenvolver com mais afinco a militância estudantil e iniciei minhas atividades político-partidárias. Em 1979, participei do Projeto Rondon no Pará e, naquela oportunidade, meu pai foi me encontrar em Belém, ao final do projeto, para que fossemos à região do Araguaia, junto com o advogado e ex-parlamentar Paulo Fonteles, da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, assassinado alguns anos depois, a mando de latifundiários do sul do Pará. Fomos então a regiões próximas ao local onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, mas verificamos que seria ne-

Foto: Arquivo pessoal



cessário o estabelecimento de uma logística prévia, para que a obtenção de informações pudesse ser feita de forma segura e fidedigna, o que só ocorreu algum tempo depois.

Paralelamente, minha mãe passou a frequentar as reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia e lá passou a ter contato com militantes e familiares de mortos e desaparecidos e a trocar informações com eles, o que possibilitou a organização da 1ª caravana de familiares de mortos e desaparecidos políticos ao Araguaia, em 1980, da qual ela fez parte, junto com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, membros da igreja católica, políticos e jornalistas. Esta caravana foi um marco na história da busca dos mortos e desaparecidos no Araguaia, pois, com as informações então coletadas não foi mais possível ao Governo querer “tapar o sol com a peneira” no sentido de negar a própria existência da guerrilha. A partir daí, a história já se torna mais conhecida, com a criação da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos e dos Grupos Tortura Nunca Mais em vários estados.

“A partir de relatos de testemunhas, várias são as versões sobre os últimos momentos de Jana. Com o advento da lei 9.140/1995, que reconheceu Jana como desaparecida política, tivemos alguma esperança de descobrir o que realmente aconteceu com ela, já que a lei previa, num segundo momento, a apuração das circunstâncias de desaparecimento. Resta agora uma única esperança, que é a decisão recentemente publicada da Corte Interamericana de Direitos Humanos, condenando o Brasil pelas graves violações de direitos humanos relacionadas à Guerrilha do Araguaia, pois vemos que, mesmo em um governo em que seus principais dirigentes sentiram na pele as atrocidades da ditadura, nada acontece de concreto no sentido de dar uma solução para o caso dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.”



mas sempre esbarrando no interesse dos militares, que se colocavam, em princípio, negando até a própria existência da Guerrilha do Araguaia e, posteriormente, negando a existência de informações sobre aquele período, negativa esta que subsiste até os dias de hoje. Todos os tipos de tentativa de obter informações acerca do ocorrido com Jana foram feitas, nos campos político, jurídico e até espiritual, tamanho era o desespero de minha mãe. Mas a morte de meus pais veio antes das informações.

A partir de relatos de testemunhas, várias são as versões sobre os últimos momentos de Jana.

Com o advento da lei 9.140/1995, que reconheceu Jana como desaparecida política, tivemos alguma esperança de descobrir o que realmente aconteceu com ela, já que a lei previa, num segundo momento, a apuração das circunstâncias de desaparecimento.

Resta agora uma única esperança, que é a decisão recentemente publicada da Corte Interamericana de Direitos Humanos, condenando o Brasil pelas graves violações de

direitos humanos relacionadas à Guerrilha do Araguaia, pois vemos que, mesmo em um governo em que seus principais dirigentes sentiram na pele as atrocidades da ditadura, nada acontece de concreto no sentido de dar uma solução para o caso dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. O governo civil parece ainda temer determinado ramo dos militares com a mesma intensidade que na época da ditadura; por isso creio que apenas a partir do cumprimento da sentença da Corte Interamericana determinando que o governo brasileiro preste as informações necessárias, seja através da abertura dos arquivos públicos e da divulgação de documentos em poder de militares, seja através da oitiva dos que fizeram parte dos órgãos da repressão, é que nós, familiares, assim como toda a sociedade brasileira e internacional, poderemos ter uma chance de conhecer a Verdade.

*Servidora da 48ª Vara do Trabalho – TRT da 1ª Região.

Noam Chomsky*

Havia alternativa?

Estamos no 10º aniversário das horrendas atrocidades do 11 de setembro de 2001, que, como se diz habitualmente, mudaram o mundo. No dia 1º de Maio deste ano, o presumível mentor do crime, Osama Bin Laden, foi assassinado no Paquistão por um comando militar de elite dos EUA, os SEALs da Marinha, depois de ter sido capturado, desarmado e indefeso, na Operação Geronimo.

Uma série de analistas observaram que Bin Laden, apesar de ter sido finalmente morto, obteve importantes sucessos na sua guerra contra os EUA. “Ele afirmou muitas vezes que a única maneira de expulsar os EUA do mundo muçulmano e derrotar os seus sátrapas era atrair os americanos para uma série de pequenas mas caras guerras, que acabariam por arruiná-los”, escreve Eric Margolis. “Sangrar os EUA”, nas suas próprias palavras.

Os Estados Unidos, primeiro sob George W. Bush e depois sob Barack Obama, correram diretamente para a armadilha de Bin Laden... Gastos militares grotescamente aumentados e dependência da dívida... pode ser o mais pernicioso legado do homem que pensou que poderia derrotar os Estados Unidos” – particularmente quando a dívida está a ser cinicamente explorada pela extrema-direita, com a convicção do establishment democrata, para minar o que resta de programas sociais, de educação pública, de sindicatos, e, em geral, das restantes barreiras à tirania empresarial.

Logo se tornou evidente que Washington estava inclinado a realizar os mais fervorosos desejos de Bin Laden. Como discuti no meu livro “9-11”, escrito pouco depois da ocorrência dos ataques, qualquer um que conhecesse a região poderia reconhecer “que um ataque maciço a uma população muçulmana era a resposta às

orações de Bin Laden e dos seus seguidores, e conduziria os Estados Unidos e os seus aliados a uma ‘armadilha diabólica’, nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros francês”.

O analista sênior da CIA responsável por perseguir Osama Bin Laden desde 1996, Michael Scheuer, escreveu pouco depois que “Bin Laden tem dito com precisão as razões que o levaram a desencadear a guerra contra nós. [Ele] pretende mudar de forma drástica as políticas dos EUA e do Ocidente em relação ao mundo islâmico”, e com um amplo sucesso: “As forças e as políticas dos EUA estão a provocar a radicalização do mundo islâmico, algo que Osama Bin Laden vem tentando fazer com sucesso substancial, mas incompleto, desde o início dos anos 90. O resultado, parece-me justo concluir, é que os Estados Unidos da América continuam a ser o único aliado indispensável de Bin Laden.” E possivelmente continuam a sê-lo, mesmo após a sua morte.

O primeiro 11/9

Havia uma alternativa? Há todas as probabilidades de que o movimento jihadista, muito do qual altamente crítico a Bin Laden, pudesse ter sido dividido e minado após o 11/9. O “crime contra a humanidade”, como era corretamente chamado, poderia ter sido abordado como um crime, com uma operação internacional para deter os presumíveis suspeitos. Na época esta ideia foi reconhecida, mas a sua execução sequer foi considerada.

Em “9-11”, citei a conclusão de Robert Fisk de que “o crime horrendo” de 11/9 foi cometido “com maldade e crueldade impressionante,” um juízo exato. É útil ter em mente que

os crimes poderiam ter sido ainda piores. Suponham, por exemplo, que o ataque tivesse ido tão longe ao ponto de bombardear a Casa Branca, matando o presidente, de impor uma ditadura militar brutal que matasse milhares e torturasse dezenas de milhares, instalando ao mesmo tempo um centro de terror internacional que ajudasse a impor estados similares de tortura-e-terror noutros países, e executando uma campanha internacional de assassinato; e como um incentivo suplementar, tivesse trazido uma equipe de economistas – chamemos-lhes de “os Kandahar boys” – que rapidamente conduzissem a economia a uma das piores depressões da sua história. Claramente, teria sido muito pior do que o 11/9.

Infelizmente, nada disto é especulação. Aconteceu. A única inexactidão neste breve relato é que os números devem ser multiplicados por 25 para produzir equivalentes per capita, a medida apropriada. Refiro-me, naturalmente, àquilo que na América Latina é frequentemente chamado de “o primeiro 11/9”: o 11 de Setembro de 1973, quando os Estados Unidos culminaram com sucesso os seus esforços para derrubar o governo democrático de Salvador Allende, no Chile, com um golpe militar que levou ao poder o regime brutal do general Pinochet. O objetivo, nas palavras da administração Nixon, era matar o “vírus” que poderia estimular todos esses “estrangeiros [que] andam a querer tramar-nos” e que queriam assumir o controle dos seus próprios recursos e aplicar uma política intolerável de desenvolvimento independente. A apoiar esta política estava



a conclusão do Conselho de Segurança Nacional que, se os EUA não conseguiram controlar a América Latina, não se podia esperar que conseguissem realizar a sua Ordem “em qualquer outro lugar no mundo.”

O primeiro 11/9, ao contrário do segundo, não mudou o mundo. Não era “nada de grandes consequências”, como garantiu Henry Kissinger ao seu chefe poucos dias depois.

Estes eventos de poucas consequências não se limitaram ao golpe militar que destruiu a democracia chilena e pôs em movimento a história de horror que se seguiu. O primeiro 11/9 foi apenas um ato de um drama que começou em 1962, quando John F. Kennedy alterou a missão dos militares latino-americanos de “defesa hemisférica” – um resquício anacrônico da Segunda Guerra Mundial – para a “segurança interna”, um conceito com uma interpretação arrepiante nos círculos latino-americanos dominados pelos EUA.

*Noam Chomsky é professor emérito do Departamento de Linguística e Filosofia do MIT. É autor de numerosas obras políticas de topo de vendas, incluindo “9-11: Was There an Alternative?” (**) Tradução de Luis Leiria e Paula Sequeiros para o esquerda.net a partir de texto publicado em Tom Dispatch. A íntegra desse texto você encontra na página de internet do Sisejufe.

Lobão virou gatinho de madame

Fulgêncio Pedra Branca

Brizola cunhou o termo gato angorá para Moreira Franco, seu desafeto político. Eis que agora, em outras circunstâncias, temos no Brasil um novo gatinho de madame. Como se saísse do armário, abraçado num retrato de Hitler, um roqueiro que já foi lobo virou gatinho de madame. E de madame bem preconceituosa, daquela que tem medo de menino de rua e quer pôr fogo na favela.

Lobão teve uma carreira... digamos... engraçadinha. Músicas fracas, letras que não diziam muita coisa, “eu ligo o rádio e blá blá blá blá”. Bem, ao menos ele tentou. Tentou ser algo e não foi. Agora assumiu, sem pudor como sempre, seu papel de crítico musical-literário-político-filosófico-ontológico do Brasil. Depois de tentar vender CDs em bancas de jornal e fracassar, depois de rondar o panteão dos grandes compositores brasileiros e fracassar, depois de tentar se expressar como esquerdista desbocado e fracassar, ele agora disputa com Arnaldo Jabor e Diogo Mainardi o posto de paladino do pior pensamento da direita brasileira. E, parece, está se superando.

Nosso gatinho de madame, ex-rebelde sem causa, ex-popeiro, ex-croto, agora pontifica: “A esquerda brasileira é feita de gente rancorosa e invejosa”. Uma mudança ao estilo do retrato de Dorian Gray. Lobão imputa aos outros todo o rancor que ele próprio destila contra a esquerda e a inveja que ele sente de gente como Chico, João Gilberto, Gonzaguinha – criadores cujo talento passa a léguas de seu alcance. Hoje Lobão promove ataques gratuitos a artistas consagrados, tenta diminuí-los, continua



falando para uma plateia que ainda acha cool as baboseiras rock-românticas que fizeram sucesso para o público infanto-juvenil nos anos 80.

No auge desse delírio direitista, Lobão cometeu a seguinte frase: “Há um excesso de vitimização na cultura brasileira. Essa tendência esquerdista vem da época da ditadura. Hoje, dão indenização para quem sequestrou embaixadores e crucificam os torturadores que arrancaram umas unhazinhas”. Ou seja, Lobão, heil Hitler!, agora admira os torturadores. Considera até que o país foi salvo por eles de um suposto banho de sangue e da crueldade de uma improvável ditadura do proletariado.

Lobão finge não conhecer a história, afaga os militares golpistas que depuseram um

presidente eleito e, para manter o regime, torturaram, sequestraram, mataram, venderam o país. Lobão tenta reescrever a história como se os golpistas estivessem nos livrando do “perigo externo vermelho”. Que cheiro de naftalina de Guerra Fria. Nem a Escola Superior de Guerra defende mais isso. Golbery, se vivo fosse, pediria moderação ao roqueiro. Ou, ao menos, que mentisse sem tanto alarde. Lobão perdeu a noção do ridículo ao embarcar na canoa furada de polemista sem escrúpulo, grudado qual carrapato na mídia patronal brasileira.

Lobão virou um manso gatinho das madames do Movimento Cansei, aquele movimento meio parado, é verdade. Agora acha que precisamos repensar a ditadura militar, afinal eles só arrancavam “umas unhazi-

nhas”. Risos na plateia de debilitados e de viúvas do golpe, risos entre os que não tiveram um parente ou amigo assassinado e desaparecido pela repressão.

O novo felino, no entanto, precisa se esforçar mais. Tem gente mais antiga nesta labuta – como o Reinaldo Azevedo, por exemplo. Será que os poucos cobres da MTV são capazes de pagar por tanta infâmia?

Não teve graça, eu sei, mas efetivamente assistir na TV alguém fazendo apologia da tortura não é para rir mesmo. Este será marcado como o dia em que Lobão virou gatinho de madame.

Fulgêncio é alcoólatra, hipocôndrico e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

Rádio Santa Marta é fechada pela Anatel

Radialista popular é punido pelo crime de promover comunicação comunitária

Tatiana Lima*

Após dois meses do fechamento da Rádio Comunitária Santa Marta em uma ação da Polícia Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o presidente da rádio Emerson Cláudio Nascimento dos Santos, mais conhecido como Rapper Fiel, foi condenado por praticar radiodifusão comunitária sem autorização do Ministério das Comunicações. Durante seis meses, o comunicador popular não poderá se ausentar do Estado por mais de 15 dias sem autorização prévia da Justiça e terá de pagar cesta básica no valor de R\$ 100, para o Instituto Philippe Pinel.

A criminalização de rádios comunitárias cresceu a partir da aprovação da lei 9.472/1997, que regula o setor de telecomunicações no país. Sancionada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 1998, a lei nasceu dos anseios de ativistas em defesa da democratização da comunicação. Contudo, o texto aprovado recebeu diversas emendas de deputados pressionados por setores comerciais como a Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão (Abert), o que desvirtuou a intenção original do projeto de lei. Na prática, o processo de concessão de outorga se tornou ainda mais restritivo e transformou em crime desenvolver atividades de telecomunicações sem prévia autorização do governo federal.



Foto: Tatiana Lima

Rapper Fiel: posiciona antena da rádio Santa Marta montada pelos alunos no NPC

Baseada no artigo 19, inciso XV da lei 9.472/97, que estabelece a penalidade de “busca e apreensão de bens”, a Anatel passou a fechar emissoras comunitárias. Porém, como a agência não tem poder de polícia, apenas de fiscalização, passou a trabalhar em conjunto com a PF. Foi assim que, em 3 de maio, a Anatel agiu no fechamento da rádio comunitária Santa Marta, localizada no Morro Santa Marta em Botafogo. Parece ironia, mas a ação repressora à rádio comunitária ocorreu no Dia Mundial de Liberdade de Imprensa, decretado pela ONU em 1993.

A agência lacrou todos os equipamentos da rádio e apreendeu o transmissor da emissora enquanto a Polícia Federal deteve os dois diretores da rádio: o rapper Fiel (Emerson Cláudio Nascimento) e Antônio Carlos Peixe. Eles foram levados pelos policiais para as dependências da Polícia Federal, na Praça Mauá, no Rio. Após escl-

recimentos foram liberados na tarde daquele dia.

A Rádio Comunitária Santa Marta foi construída de forma coletiva por moradores de diversas comunidades em 30 de agosto de 2010, durante uma aula de rádio do jornalista Arthur William, ministrada no curso de Comunicadores Populares do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC).

Recebeu doações de equipamentos de diversos movimentos sociais e sindicais para o seu funcionamento. Desde computadores, móveis e cursos de capacitação para os locutores e colaboradores da rádio – todos moradores da favela Santa Marta – incluindo o transmissor da rádio, doado pelo músico e ativista social Marcelo Yuka.

Para Yuka, o Estado se voltou contra o próprio Estado ao fechar a emissora. “No mínimo é uma atitude burra. Qual o argumento que se pode ter para o fechamento de uma emissora comunitária? Que ela não é co-

munitária? Que é ilegal? Se não existe uma burocracia precisa para distinguir isso, é necessário avaliar a mais valia do produto, o que essa rádio está fazendo ali, qual é o espaço que ocupa, para que é feita e por quem e qual o seu papel. É nisso que precisa ser baseado para diferenciar uma rádio pirata de uma comunitária. Não simplesmente fechar até porque esse movimento já começou e não vai parar porque o governo quer!”, opinou o artista.

Para o Rapper Fiel, a lei que regula o pedido de outorga das comunitárias burocratiza o processo. “Todas as exigências na lei para conseguir autorização de funcionamento de rádios comunitárias são repressoras. Por exemplo: não podemos fazer propaganda, temos que montar um conselho comunitário com cinco instituições locais que possuem CNPJ. Isso tudo para um rádio com 1km de alcance apenas para transmissão”, critica o comunicador popular.

Desde a fundação, os participantes da emissora preparavam toda a documentação para entrar com pedido de autorização de funcionamento no Ministério das Comunicações. Mas somente em 31 de maio, eles conseguiram reunir as cinco entidades para realizar assembleia e fundar oficialmente a rádio, pleito aprovado por moradores e locutores da futura diretoria da Rádio. “Imagino um povoado no interior do Ceará conseguir fazer todo esse processo. Juntar cinco CNPJs. A realidade é que o processo exigido é longo para fazer as pessoas desistirem”, desabafo Rapper Fiel.

Para o diretor da rádio Santa Marta, a burocratização do processo é uma opção política e econômica. “Tudo no Brasil é pensado pelos capitalistas. Por exemplo: a Anatel vende transmissor e ela mesma depois manda prender. É um belíssimo plano. Em pouco tempo nenhuma rádio comunitária irá se legalizar antes que a Anatel, junto com a PF, apreenda todos os equipamentos”. E concluiu: “Quando uma rádio comunitária consegue se manter sem grana e ainda faz uma revolução na favela com Alfabetização via FM, isso incomoda muita gente. Nós da rádio Santa Marta nunca escondemos o nosso trabalho. Estávamos no ar na 103,3 FM e para o mundo por meio do portal: radiosantamarta.com.br. A Anatel e a Polícia Federal chegaram na rádio sem nenhum documento ou mandado de busca e apreensão”.

Apesar de a Anatel fechar diversas rádios comunitárias no país baseada na lei 9.472/97, no mesmo ano, por emenda constitucional, as rádios comunitárias foram separadas do segmento de telecomunicações por ocasião da privatização do sistema de telefonia. A legislação que regula o Serviço de Radiodifusão Comunitária do Brasil é a lei 9.612/98 e o Decreto 2.615/98, que limita a potência máxima das emissoras em 25 watts e alcance de 1Km.

Além disso, o art.19 da MP nº



Jornalista Arthur Willian: ensinou os moradores a montar a rádio e faz a primeira transmissão



Fotos: Tatiana Lima

Rapper Fiel: à esquerda junto com locutores da rádio



Morro Santa Marta: vista da sede da rádio Santa Marta

2.143-33 modificou o art. 2º da lei 9.612/98, estabelecendo que o Congresso Nacional tem prazo de 90 dias para deliberar sobre os processos de rádios comunitárias. Se isto não ocorrer a RadCom tem direito a licença provisória de funcionamento. Porém, isso não acontece. Na realidade, as rádios esperam por anos a liberação do pedido de outorga. Há processo de mais de 10 anos.

Em 2005, o dossiê “Querem Calar a Voz do Povo”, realizado pelo Coletivo de Comunicação Intervenções (entregue à Presidência da República) apontou a necessidade de mudança do modelo de comunicação no Brasil “de modo a garantir à população o acesso aos seus meios de comunicação com pluralidade de informações”. A documentação com pedido de outorga da rádio Santa Marta segue para o Ministério das Comunicações neste mês. Até a outorga, os integrantes estudam a possibilidade de tentar reestruturar a rádio pela internet e disseminar a programação através de caixas de som presas em postes de becos e vielas do Morro Santa Marta.

*Da Redação

Remoções de moradores abrem espaços para a Copa e as Olimpíadas

OEA e ONU acolhem denúncias sobre despejos forçados e expõem impasses sobre o valor social das competições esportivas na cidade do Rio de Janeiro

Tatiana Lima*

Em pelo menos 119 comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro não há espaço para a alegria ou para a ansiedade por receber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Segundo cronograma divulgado pela prefeitura, milhares de casas serão removidas estariam no trajeto das três principais obras previstas para melhorar o sistema viário na cidade: a Transcarioca, a Transoeste e a Transolímpica. Contabiliza-se, já em setembro de 2011, mais de 2 mil desalojados, num total de 523 famílias.

Uma dessas famílias é a do jardineiro Jorge Oliveira Santos. Em 13 de agosto, quarto, sala, cozinha e banheiro foram ao chão com auxílio de um trator, um funcionário da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e uma decisão judicial. O jardineiro e sua família perdiam seu único bem imóvel: a casa em que moravam há 13 anos, na favela Vila Recreio II, Zona Oeste do Rio. Apesar da decisão judicial, não foi enviado qualquer

aviso prévio da demolição seja por carta ou telefonema. “Uma vizinha ligou para informar que o trator estava demolindo tudo. Corri mas não deu tempo”, conta Jorge Santos. Ao todo, 300 famílias foram removidas da Vila Recreio II. Em contato com a SMH, ele se recusou a ser realocado para um conjunto habitacional, no bairro de Cosmos, na Zona Oeste – há cerca de 30km de distância da antiga moradia. Tampouco aceitou o valor oferecido como indenização: R\$ 8 mil. “Não é justo. Tem várias famílias que aceitaram esse valor e hoje estão morando em outras favelas em situação muito pior. Eu quero é meu teto e não aceito ser jogado para longe como se fosse lixo sem poder opinar em nada. Só pobre tem que ser removido para as obras da Copa e das Olimpíadas. Rico não precisa né?”, critica.

Junto com a demolição da casa, o juiz determinou que a prefeitura pagasse

em juízo uma indenização no valor de R\$ 14 mil. “Não aceito esse valor. Em Madureira, eles pagaram um valor mínimo de R\$ 37,5 mil. Este valor, eu aceitaria porque não serei intransigente. Se outras famílias já aceitaram, em negociação direta com a prefeitura, compreendo que não posso pedir mais. Porém, se entrar com recurso, aí é diferente. Pedirei o valor de indenização referente ao valor do apartamento em Cosmos”, explica o jardineiro.

O apartamento oferecido pela prefeitura para as famílias desalojadas, via governo federal por meio do programa Minha Casa Minha Vida, é avaliado pela Caixa Econômica Federal em R\$ 50 mil. A diferença, portanto, entre o valor pago em juízo por determinação judicial e o valor do imóvel oferecido pelo programa é de R\$ 36 mil.

Atualmente, Jorge mora com



Jorge Santos: em frente a sua casa na Vila Recreio II, antes da demolição total

a família na comunidade Trintão, outra favela ameaçada de remoção. É localizada a 500m de onde ele morava antes. “As pessoas perguntam por que não aceitei o aluguel social. Ora, além de não cobrir o valor do aluguel onde moro, para você pegar o dinheiro do aluguel social é preciso abrir mão antes da sua casa. Como eu vou abrir mão primeiro do meu teto se eu não cheguei a uma conclusão nas negociações com eles (autoridades públicas)? Então, eu pago o meu aluguel e sigo na luta pelo respeito dos meus direitos”, diz.

Raquel Rolnik, relatora do Direito à Moradia pela ONU, falou à Ideias em Revista: “É importante repetir que o direito à moradia não é a uma casa, quatro paredes e um teto, mas uma moradia com acesso à escola, posto de saúde e fontes de renda. A localização é um elemento absolutamente essencial. A maior parte das comunidades não é informada dos projetos antes de serem removidas, não têm chance de debater e apresentar alternativas”. Rolnik explica que, segundo os tratados internacionais, “jamais a situação da família removida deve ser pior do que a atual. O desalojamento precisa dar condições iguais ou melhores. Isso não tem a ver com o tamanho da casa, mas com o acesso à infraestrutura e serviços públicos”.

Fotos: Dhesca



Vila Taboinha: o Batalhão de Choque foi acionado para o despejo de 260 famílias. Protesto de moradores garantiu a permanência no local

A situação da família de Jorge Santos ilustra o conflito e a polêmica sobre o legado social da realização das mais importantes competições esportivas no mundo no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Evidencia dois lados de uma moeda que traz consequências caras e permanentes para cidade tanto do ponto de vista urbanístico quanto do social. Para moradores de favelas e ativistas sociais, o chamado “legado social”, na prática, representa um movimento de expulsão dos pobres das áreas nobres do Rio de Janeiro. Além disso, a condução da prefeitura no processo de desalojamento de tais famílias mostra que não se trata de reassentamento e sim de remoção com caráter de despejo forçado – como é classificado pela ONU, o que vem de encontro a tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Do outro lado, a SMH alega

promover políticas públicas que não foram realizadas há mais de 20 anos por governos anteriores e que, justamente em virtude das obras de preparação da infraestrutura para receber os jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, agora tem recursos para que sejam realizadas. Se trataria, nessa ótica, da construção de unidades habitacionais, melhorias no sistema viário e de transporte público com benefícios para a população carioca.

A violação do direito à moradia

As comunidades da Restinga, Vila Recreio II e Vila Harmonia, com apoio da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, a Pastoral de Favelas e o Conselho Popular denunciaram a situação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA). Prefeitura e governo federal já foram procurados

para se manifestar. No relatório entregue à OEA, as entidades afirmam que em nome dos megaeventos esportivos, “a esfera pública tem violado direitos sociais por meio de práticas de despejos forçados para realizar intervenções urbanísticas, que ferem as legislações de planejamento urbano e ambiental”. De forma sistemática, segundo a denúncia, o poder municipal falta com transparência e nega a participação da população nas decisões referentes ao que alega ser somente “reassentamentos”.

As denúncias chegaram ao Ministério Público do Rio de Janeiro e à Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a partir da solicitação de explicações da OEA ao governo brasileiro sobre a situação.

Em março, a OEA sinalizou com “medidas cautelares em favor do moradores das favelas citadas”, de acordo com o sub-

procurador da pasta de Direitos Humanos do Ministério Público do Rio, Leonardo Chaves. Em troca de e-mails, em março, entre Chaves e a Presidência da República, o subprocurador informa que “a prefeitura, contando com o auxílio da força policial do Estado, tanto da polícia civil como da militar, (...) no dia 17 de dezembro, procedeu o despejo forçado de moradores das comunidades Restinga e Vila Recreio II, destruindo, sem piedade, a residência e o comércio de trabalhadores, ali instalados há dezenas de anos, alguns dos quais, segundo informações colhidas, tiveram que pernoitar seguidamente na praia, por falta de moradia”.

O subprocurador revela ainda que havia promessa de “um secretário municipal de não desalojar os moradores na véspera do Natal, nem no mês de dezembro, pois, como sabido, além do calendário cristão também se festeja a data interna-



cional dos direitos humanos". Contudo, informa Chaves, esse acordo não foi respeitado. "Tudo não passou de promessa enganosa, sendo que, é bom destacar, os despejados não receberam qualquer indenização prévia. Isso quer dizer que a demolição e o despejo jogaram literalmente na rua e em lugares de risco famílias que tinham residência em áreas seguras, em termos ambientais. O ente público, procurando justificar as remoções, alega a necessidade de realização de obras viárias para atender demanda internacional relacionada aos eventos esportivos que o Rio de Janeiro sediará em breve". Ele conclui a mensagem com o seguinte dado: "o Ministério das Cidades também foi envolvido no assunto, mas nada de concreto para a defesa da moradia do pobre se efetivou".

Em abril, Raquel Rolnik enviou comunicado à imprensa internacional divulgando as denúncias e os procedimentos da gestão municipal no desalojamento das famílias. A nota pública foi emitida após a relatora da ONU ter mandado o escritório aos governos federal e municipal – até hoje, segundo

ela, sem resposta. Caso não haja posição até fevereiro de 2012, o relatório se tornará público durante audiência da ONU, em Nova York.

Relatores da ONU vêm à cidade para investigar

Em maio, a Relatoria de Cidades da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), ligada à ONU, esteve no Rio de Janeiro, com objetivo de investigar as denúncias. Em três dias, foram visitadas nove favelas e duas ocupações urbanas: Campinho, Vila Autódromo, Vila Harmonia, Restin-



ga, Recreio II, Estradinha, Vila Taboinha, ocupações na Rua do Livramento e na Rua Machado de Assis, Morro da Providência e Favela do Metrô Mangueira. Também foi realizada audiência pública na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

De acordo com o relator da Dhesca, o sociólogo Orlando dos Santos, "o que para o poder público é um simples 'reassentamento', para as famílias é a mudança total nas formas de vida e de acesso, mesmo quando precário, aos direitos. Se o processo de remoção em si já é algo grave, as evidências de remoções sumárias são ainda piores, pois caracterizam despejo forçado das famílias, sem o mínimo de diálogo e informação às pessoas afetadas". O relator pontuou que a ONU e entidades ligadas a defesa do direito à moradia digna "não são contra o progresso". "Os tratados internacionais impõem normas para o desalojamento das pessoas em virtude de obras de infraestrutura e nenhum desses protocolos vêm sendo cumpridos. Além disso, as pessoas não podem ter sua integridade violada, independente de terem ou não título e qualquer documentação formal relacionados à sua casa ou terra" disse Santos, durante a audiência na OAB.

Pela legislação, a prefeitura também seria obrigada a conceder um prazo para as famílias desocuparem a região após a notificação da remoção. Porém, não é essa a postura adotada. Em ofício expedido pela pre-

feitura para desalojamento na Comunidade Vila Harmonia, em outubro de 2010, o prazo dado é de "zero" dias para a saída dos moradores a partir do recebimento do ofício. Em outro documento emitido para a mesma comunidade, os moradores são notificados que devem sair de suas casas no prazo "imediato".

Segundo determinação do artigo 429 da Lei Orgânica, a remoção de favelas podem ser realizadas somente quando há risco de vida. E ainda, "é exigida a participação das famílias interessadas e das entidades representativas na análise e definição das soluções cabíveis" e o "assentamento deve ser executado em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho quando necessário o remanejamento". Recomendações idênticas constam no Artigo 234 da constituição estadual. Outra determinação da legislação diz que o poder público é obrigado a "conceder prazo para as famílias desocuparem a região após a notificação da remoção".

CPI das Remoções está parada na Câmara

As denúncias de despejos forçados praticados pela prefeitura também chegaram à Câmara de Vereadores. Desde fevereiro, o vereador Reimont (PT-RJ) estabeleceu reuniões mensais com a participação de entidades em defesa do direito à moradia. Já em maio, outro parlamentar, Eliomar Coelho (PsoI-RJ), propôs instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de remoções e reassentamentos forçados que teriam ocorrido entre novembro de 2010 e abril de 2011. Em junho, foram conseguidas as assinaturas para a instalação da CPI, porém, no mês seguinte, quatro vereadores declinaram da investigação – o que paralisou os trabalhos.

"Sou parlamentar do PT. Tenho uma aliança política com o prefeito Eduardo Paes. Mas minha aliança com o prefeito não



Raquel Rolnik

pode tirar de mim a fidelidade ao povo, pessoas as quais confiam no meu mandato para representá-las", diz Reimont. Para ele, não existe um movimento contrário às intervenções urbanísticas de progresso da cidade. Contudo, as obras precisam equacionar os problemas para que reassentamentos sejam feitos apenas em último caso. "O poder público tem o direito de deslocar, pois prevalece o direito coletivo sobre o individual. Mas o Artigo 429 diz que o processo de retirada das famílias tem que se dar por o caminho de reassentamento e discutido. Não pode ser um conflito", afirma o vereador.

Guerra surda: defensores públicos são transferidos e estagiários demitidos

Após abril, quando teve início uma gestão na Defensoria Pública, dirigida por Nilson Bruno Filho, os focos de resistência às remoções começaram a ser

desmantelados. Em 1º de maio, por exemplo, foram demitidos todos os estagiários do Núcleo de Terras e Habitação. Dias antes, os funcionários do Núcleo já haviam sido impedidos de utilizar a sala de reunião, onde seriam realizados os atendimentos dos assistidos, sem nenhuma justificativa. Três defensores públicos também foram transferidos e deixaram de integrar o NUTH. Em nota pública, a instituição "explicou" que os ações se deviam ao "atrelamento político e viés ideológico" dos afastados que estariam "promovendo um enfrentamento com a prefeitura contra as remoções no campo jurídico sem tentar negociação". No entanto, de acordo com a defensora pública afastada do NUTH, Adriana Brito, as mudanças aconteceram em virtude do Núcleo "ser o único ponto de resistência em defesa das comunidades".

Símbolo de resistência e de enfrentamento da especulação imobiliária

Vila Autódromo é uma comunidade localizada na Barra da Tijuca, área nobre da Zona Oeste, região que nos últimos 20 anos, alcançou uma forte expansão imobiliária. Foi formada há mais de 40 anos por pescadores que moravam à margem da Lagoa da Barra juntamente com caseiros que viviam ali com suas famílias. No período de construção do Autódromo, passou a ser povoada por migrantes desempregados à procura de um serviço nas obras. Mais tarde, recebeu universitários, professores e servidores públicos que compraram terras de alguns pescadores. Em 16 de

fevereiro, a Justiça determinou a remoção de parte da comunidade Vila Autódromo. A decisão afeta principalmente as pessoas que moram próximas à Lagoa de Jacarepaguá. Segundo informações da defensoria pública, cabe recurso à sentença que foi efetuada pelos moradores.

Desde 1992, a Vila Autódromo convive com ameaças de remoção. À época, o município alegava "dano estético e ambiental" em ação judicial que requeria a retirada total da comunidade. Os moradores se articularam em defesa jurídica para impedir a remoção judicial das casas, demonstrando a fragilidade dos argumentos municipais em um litígio que até hoje se arrasta no Judiciário. Em 1994, conseguem se integrar ao programa de regularização fundiária no qual o governo estadual reconhece a comunidade o direito de uso da área, dando concessão de posse à comunidade por 40 anos. Em 1996, o prazo de concessão da área foi prorrogado por mais 99 anos. Em 2007,



Leonardo Chaves

com a chegada dos Jogos Panamericanos, o fantasma da remoção ressurgiu. Novamente, a prefeitura não conseguiu tirar os moradores, que juridicamente impediram a demolição das casas. Agora, desde o anúncio do Rio como cidade sede dos Jogos Olímpicos, o poder público retomou a tentativa de remoção.

Foi argumentado que a área era destinada à construção do Centro de Mídia para o evento. De-

pois, com a transferência dessa instalação para a Zona Portuária, que o local precisava ser desobstruído porque representava "espaço de segurança" dos atletas e jornalistas que circulassem pelos equipamentos esportivos, em cumprimento a uma exigência dos órgãos de segurança internacional. Em 2010, na sede da prefeitura, o próprio prefeito da cidade, Eduardo Paes admitiu que na realidade, o projeto dos Jogos Olímpicos enviado para o Comitê Internacional Olímpico foi construído com erro.

O curioso é que existem diversos empreendimentos imobiliários vizinhos à Vila Autódromo e imunes às políticas de remoção. Um deles é o Condomínio Rio 2, construído em 2007 e já habitado. Também há um conjunto habitacional para

Foto: Tatiana Lima

funcionários da Aeronáutica, tendo inclusive casas à beira da Lagoa, além de um clube privado de ultraleve – contratado pela prefeitura para prestação de serviços durante os Jogos. Por fim,

um grande empreendimento sendo construído nas imediações: o Condomínio Cidade Jardim. De acordo com a construtora Cyrela, responsável pelas obras, um apartamento de dois quartos no condomínio Cidade Jardim custa em torno de R\$ 270 mil. Já os apartamentos de três quartos chegam ao valor de R\$ 510 mil.

*Da Redação.



Foto: Dhesca

Diante dos depoimentos de moradores, representantes de entidades de Direitos Humanos, do Ministério Público (MP), dos relatores da ONU para o Direito à Moradia Digna e do Direito à Cidade, de especialistas em habitação, Ideias em Revista procurou o secretário municipal de Habitação do Rio de Janeiro, Jorge Bittar (PT-RJ) para questionar sobre a política do governo do Estado em relação às remoções de moradores. Bittar, em 1º de julho, respondeu às críticas de que despejos forçados tiram a população das rotas das principais intervenções urbanísticas para melhorar a infraestrutura da cidade com vistas aos eventos esportivos dos próximos anos.

Ideias – Durante o Fórum Urbano Mundial, realizado em março de 2010, o senhor defendeu que as remoções de favelas, como as ocorridas na década de 60, não eram mais praticadas no Rio de Janeiro e que aquilo foi uma grande erro. Diante dos relatos e denúncias atuais, perguntamos: o Rio está repetindo as antigas práticas?

Jorge Bittar – Não naquela concepção do passado. Isso não se faz. O que se faz hoje são reassentamentos quando necessários, sempre procurando situar as pessoas em locais preferencialmente próximos dos locais de onde elas moram e sempre tentando melhorar as condições de vida dessas famílias. Para isso, temos alguns instrumentos. Um deles é a própria produção de construção habitacional que o programa Minha Casa Minha Vida possibilita. Então, sempre que a gente faz uma obra pública, por exemplo, do programa Morar Carioca, que é de urbanização de favela, eu já prevejo no entorno ou até mesmo no próprio espaço da favela a construção de unidades habitacionais destinados para reassentar quem está em área de risco, quem mora em habi-



tação precária, quem mora em áreas onde eu precise abrir um rua e assim por diante. Então, toda nossa política é desenvolvida dessa forma: oferta de moradias, indenização quando necessária, aquisição assistida, eu avalio a sua casa e ofereço a oportunidade de você procurar uma outra casa igual ou até um pouquinho melhor na mesma região. Outro instrumento, que é uma situação provisória, é o chamado “aluguel social – uma ajuda mensal que a gente oferece às famílias até que um conjunto habitacional seja construído ali próximo.

Ideias – A maioria das famílias, por exemplo, estão sendo deslocadas do bairro de Madureira para o bairro de Cosmos, em Campo Grande, na Zona Oeste. Esse deslocamento ultrapassa o raio de distância que pode ser considerado numa ação de reassentamento?

Bittar – Isso é discutível. Primeiro, porque grande parte das famílias de Madureira, por exemplo, foram indenizadas

ou tiveram aquisição assistida e só foi para Campo Grande ou outros lugares, quem voluntariamente aceitou. Vou citar outro exemplo, o do sambódromo aqui no Centro. Houve a necessidade de construir a nova arquibancada que vai servir tanto para o carnaval quanto pros Jogos Olímpicos. Me reuni com 60 famílias na quadra da Estácio, ali ao lado, apresentei o projeto, o alinhamento da nova arquibancada. Essas famílias moravam em cortiços e em condições muito ruins. E inclusive disse que tínhamos habitações naquele local. Teremos quando construirmos na área do antigo presídio e também perto do Morro da Providência – o que só ficará pronto em um ano ou um ano e meio. Hoje, o que temos são unidades de conjunto habitacional em Senador Vasconcelos, que é na área de Campo Grande. As famílias visitaram e ficaram encantadas com aquele conjuntinho todo arrumadinho, apartamentos de 2 e 3 quartos, sala cozinha e banheiro, oferta de condições de matrículas nas escolas da região, clínica

da família perto, comércio. A maioria aceitou o novo local. Já sete famílias, 60 iniciais, nos procuraram e disseram: olha nós não gostaríamos de ir para lá. Um deles me disse até eu me recordo: Eu tenho um filho que estuda no colégio Zacarias, aqui no Catete, porque eu consegui uma bolsa de estudo para o meu filho, eu sou pobre, mas consegui uma bolsa de estudo para o meu filho. E eu respondi a ele: eu jamais vou forçar para você. Neste caso, a gente pode prover uma indenização.

Ideias – E de quanto é essa indenização?

Bittar – Depende das características da casa de cada um. Em Madureira não foi nada abaixo de R\$ 37,5 mil mesmo para habitações que são, por exemplo, casas de papelão.

Ideias – A relatora da ONU, Raquel Rolnik, têm dado várias declarações em entrevistas, inclusive a que nos concedeu, afirmando que os valores de indenizações são muito baixos.

Bittar – Não é verdade.

Ideias – Inclusive, a Defensoria Pública, os defensores do Núcleo de Terras, já tiveram uma reunião com o senhor em que questionaram justamente os valores das indenizações pagas, que não seriam nem próximas a esse valor...

Bittar – As situações são diferentes. O Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal, esse dinheiro não sai predominantemente da prefeitura. A prefeitura paga a parcela das famílias que é de R\$ 6 mil, para que as famílias entrem sem nenhuma obrigação de pagar mesmo as parcelas do Minha Casa Minha Vida. Então, essa é uma situação. A prefeitura não tem recursos infinitos para poder pagar R\$ 50, 100, 200 mil para todo mundo. Por outro lado tem um decreto municipal que diz que eu tenho que resarcir aquela família em função das características da casa que ela tem. Houve situações em que, de fato, as indenizações

oferecidas foram muito baixas. Isso não há mais na cidade. Eu discordo do que a Raquel Rolnik disse, que é uma inverdade. Houve um período em que de fato foram oferecidas indenizações relativamente baixas mas, simultaneamente, as famílias sempre tiveram a opção de ter acesso ao Minha Casa Minha Vida. Em Cosmos, é verdade. Eles moravam no Recreio. Mas eu quero também ressaltar que nós estamos construindo a Transoeste, um corredor de transporte expresso com bilhete único que vai permitir que essas famílias se desloquem rapidamente de um local para o outro, da Zona Oeste até o próprio Recreio porque faz parte do traçado da Transoeste. O que eu discordo é que tenha havido desconsideração na visão social, na visão humanista. Evidentemente você pode ter aqui ou ali uma má atuação de um servidor público, verdadeiramente, mas enquanto política pública eu posso dizer: hoje a gente assegura indenizações dignas. A cidade do Rio de Janeiro está sendo premiada por ser a cidade que mais está produzindo unidades do Minha Casa Minha Vida...

Ideias – Inclusive para as famílias de zero a três salários mínimos, secretário?

Bittar – Sim, inclusive. Nós estamos construindo um conjunto habitacional no bairro de Triagem ao lado da estação do Metrô, com 2.240 unidades de excelente qualidade. Um bairro novo na cidade, sem ser aqueles prédios todos iguais como os do passado. Vai ter escola, creche, centro comercial, espaço cultural e cidadania. Então, essa é a qualidade do trabalho que a gente está fazendo. Com isso nós estamos comprando terrenos em várias outras áreas da cidade para o Minha Casa Minha Vida não fique concentrado só na região Oeste da cidade.

Ideias – E as famílias recebem esse apartamento de forma integral ou há algum pagamento a ser feito por elas?

Então, o que nós precisamos é de uma cidade multipolar, onde haja comércio, moradia e transporte em todas as áreas do Rio de Janeiro. Então, a gente não tem que ter uma visão centrada da cidade, ou seja, centrada na Zona Sul, onde moram os ricos. Temos que produzir habitação em toda cidade do Rio de Janeiro, também, eu lhe digo com absoluta sinceridade não há uma política de expulsão dos pobres das áreas onde eles residem

Bittar – Quando é reassentamento, realocação de famílias, a prefeitura quita integralmente. Agora, uma parte do Minha Casa Minha Vida é sorteado entre os inscritos no programa. Neste caso, quando a pessoa se inscreve, ela paga 10% do valor do seu salário, da sua renda familiar. Então, se a família ganhar um salário mínimo ela vai pagar cerca R\$ 50 reais por mês.

Ideias – E em relação às denúncias de má condução do processo, das famílias serem retiradas sem o devido prazo e nem aviso? Inclusive temos dois ofícios da prefeitura no qual se diz que o prazo de saída para as famílias é imediato e de “zero dias”.

Bittar – Ocorre que a própria defensoria num determinado momento, ao invés de nos procurar para negociar situações, consideram que o caminho é o judicial. De tentar via justiça. Aí impediam o reassentamento dessas famílias e convenceram essas famílias que eles seriam vitoriosos na justiça. Ora, na

hora que você se desloca do processo de negociação de entendimento das famílias para o Judiciário, ao sair uma decisão favorável para prefeitura é o cumpra-se! Não é nem a prefeitura que faz isso, são os oficiais de justiça. Aí, a prefeitura é obrigada a cumprir situações desse tipo. Houve, repetindo, houve situações que implicaram na saída imediata da família porque aconteceu por decisão judicial. Já a nossa ordem sempre foi informar as famílias com três meses de antecedência.

Ideias – Então, de fato, há casos em que as ações foram truculentas, secretário?

Bittar – É possível, é possível sim. Mas eu repito: não é o quadro geral.

Ideias – O senhor tem conhecimento das denúncias na Corte Interamericana?

Bittar – Sim e já respondemos. E tratamos de todas denúncias oriundas da OAB, da OEA, da ONU, desse comitê de defesa dos Direitos Humanos

em que o Orlando Junior é coordenador... temos todo o interesse em resolver isso.

Ideias – Por que, secretário, as famílias sempre são realocadas na Zona Oeste, em áreas longe do Centro. A crítica dos movimentos sociais e dos relatores da ONU, é que na verdade, os pobres são levados para fora do eixo central da cidade, das áreas nobres...

Bittar – Dizem que são expulsos. E esta é uma visão equivocada. Agora, como é que eu vou resolver o problema de adensamento excessivo da Rocinha se eu não tenho espaço de produção habitacional na própria Rocinha. Então, eu tenho que necessariamente deslocar essas pessoas. Os pobres querem morar perto dos ricos porque são os ricos que dão empregos para os pobres, não é isso? Então, por essa razão, 6 milhões teriam de morar na Zona Sul da cidade! Não, eu tenho que pensar numa cidade melhor distribuída etc. A cidade do Rio de Janeiro está investindo só nos corredores de transporte R\$ 5 bilhões. Para que as pessoas se desloquem de um ponto ao outro com a tarifa única, ônibus, trem e Metrô de excelente qualidade com ar-condicionado e integração intermodal. Isso é uma mudança de qualidade na cidade. A gente tem que ter uma cidade aonde as pessoas não vivam aglomeradas em condições sub-humanas como é o caso da Rocinha. Então, o que nós precisamos é de uma cidade multipolar, onde haja comércio, moradia e transporte em todas as áreas do Rio de Janeiro. Então, a gente não tem que ter uma visão centrada da cidade, ou seja, centrada na Zona Sul, onde moram os ricos. Temos que produzir habitação em toda cidade do Rio de Janeiro, também, eu lhe digo com absoluta sinceridade não há uma política de expulsão dos pobres das áreas onde eles residem. Há sim uma política de reassentamento em decorrência de situações de risco na cidade.

Da Redação – Tatiana Lima.

Imagens da queda

Quem está derrubando os autocratas do Oriente Médio e Norte da África? A julgar pelo que vemos nas mídias de massa, o povo tem sido o único protagonista. Mas um olhar mais atento, pelo menos nos casos do Iraque e Líbia, mostra um outro ator de peso construindo a realidade imagética dos conflitos nesse início de século

Vinicius Souza
e Maria Eugênia Sá*

Na assim chamada Primavera Árabe, mais um ditador de longa história no poder, o governante da Líbia por 42 anos Muammar al Gaddafi, acaba de ser derrubado apesar das promessas de massacres dos inimigos e resistência infinita. No momento em que esse artigo era escrito, o líder líbio permanecia desaparecido, talvez deixando a barba crescer oculto em algum buraco em sua cidade natal, Sirte, da mesma forma que Saddam Hussein também tentou se esconder num pequeno abrigo subterrâneo em Tikrit.

Essa, no entanto, não é a única coincidência. O Iraque, junto com a Venezuela, foi um dos criadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), entidade que tirou dos EUA e Inglaterra o controle absoluto sobre o preço do petróleo no mercado internacional. Já o país norte-africano foi o primeiro a conseguir das petroleiras estrangeiras mais de 50% das receitas sobre o óleo, exatamente com a ascensão do agora ex-líder em 1969.

Portanto, não é de se estranhar que esses líderes, ao contrário dos ditadores da Arábia Saudita, Iêmen e Bahrein que seguem tendo apoio irrestrito do Ocidente (assim como tiveram os governantes do Egito e da Tunísia antes de suas quedas), tenham caído com a “pequena ajuda” de massivos ataques de “amplas coalizões” de exércitos de algumas das maiores potências bélicas mundiais.

Nas imagens que simbolizam o momento exato da derrubada dos regimes e que ficarão no imaginário coletivo global, contudo, isso não fica assim tão claro. Tanto na Líbia como no Iraque, é a destruição física de monumentos representativos dos ditadores (a estátua de Saddam em Bagdá e a “mão de Gaddafi” esmagando um F16 dos EUA durante o bombardeio que teria matado uma de suas filhas em 1986) que caracterizam esse instante histórico nas páginas dos principais jornais e revistas do mundo, assim como nos noticiários de tevê e internet. Em ambos os casos, as fotos mostram o que seriam cidadãos dos próprios países (“populares” no caso iraquiano e “rebeldes” no líbio) liderando



ações. Nas imagens, nenhum militar estrangeiro aparece tomando o quartel de Gaddafi e também são raros os enquadramentos pelas câmeras na praça central de Bagdá.

No Iraque, a história da construção dessas imagens já está sendo contada. No filme “A guerra que você não vê” (The war you don’t see) lançado na Inglaterra em 2010 pelo jornalista e documentarista de origem australiana John Pilger, o repórter da BBC de Londres Reggy Yama, que cobriu os eventos no local, admite com todas as letras que a derrubada da estátua de Saddam “foi um momento criado para a televisão” e “o único acontecimento disponível para as câmeras da imprensa internacional reunida no topo do Hotel Palestine”.

Pilger apresenta ainda um relatório interno do exército estadunidense descrevendo o que os militares chamam de “círculo da mídia”, com “quase tantos repórteres quanto iraquianos” e que a decisão de derrubar o monumento foi tomada por um oficial dos EUA para “explorar” essa oportunidade imagética.

Líbios pró-Itália?

Ainda é muito cedo para termos certeza do que de fato está acontecendo na Líbia. No entanto, pelo menos uma das imagens divulgadas da tomada de Trípoli traz fortes indícios de que foi deliberadamente criada para as câmeras internacionais: a foto de um “cidadão” erguendo pelo teto solar de seu carro um estandarte líbio de antes de Gaddafi atado as bandeiras da

Difícilmente o povo líbio terá no futuro um destino muito diferente do vivido pelo iraquiano desde de 2003. O mais provável é que o controle sobre os poços de petróleo seja disputado pelos mesmos interesses comerciais que controlam a construção do imaginário mundial sobre esses conflitos

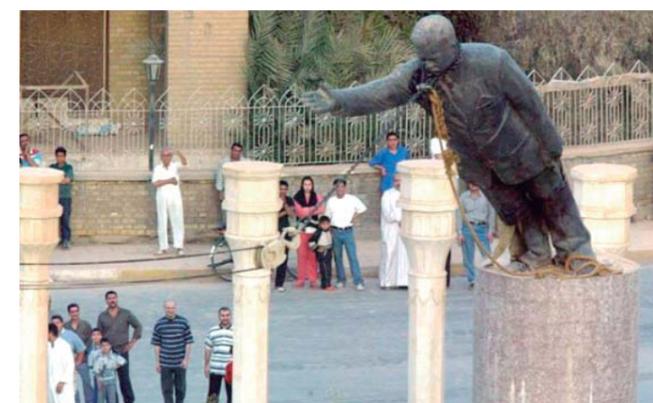


França, Estados Unidos, Itália e Inglaterra.

Ela é simbólica ao mostrar a “coalizão” de países que “ajudaram” a derrubar o ditador. Mas dificilmente um líbio com o mínimo de conhecimento da história de seu próprio país (e o analfabetismo é zero na Líbia) teria o desplante de brandir o pendão italiano nas ruas da capital. Afinal, a violenta colonização, entre 1911 e 1942, por parte da pátria de Benito Mussolini teria deixado cerca de 600 mil mortos no país norte-africano. O próprio chefe de governo Silvio Berlusconi reconheceu esse fato em 2008 com um pedido formal de desculpas e a promessa de investimentos de US\$ 5 bilhões em 25 anos em troca da “ajuda” de Gaddafi na repressão contra a “imigração ilegal” da África para a Europa.

A imagens são fundamentais porque, segundo a ensaísta estadunidense Susan Sontag em seu livro “Diante da dor dos outros”, “na era da guerra telemonitorada contra os inumeráveis inimigos do poder americano, as normas do que deve e do que não deve ser visto ainda estão sendo elaboradas. Os produtores de programas jornalísticos na tevê e os editores de fotografia das revistas e dos jornais tomam, todos os dias, decisões que consolidam o instável consenso acerca dos limites do conhecimento do público”.

Na mesma linha, o professor Boris Kossoy explica em “Os



Tanto na Líbia como no Iraque, é a destruição física de monumentos representativos dos ditadores que caracterizaram esse instante histórico

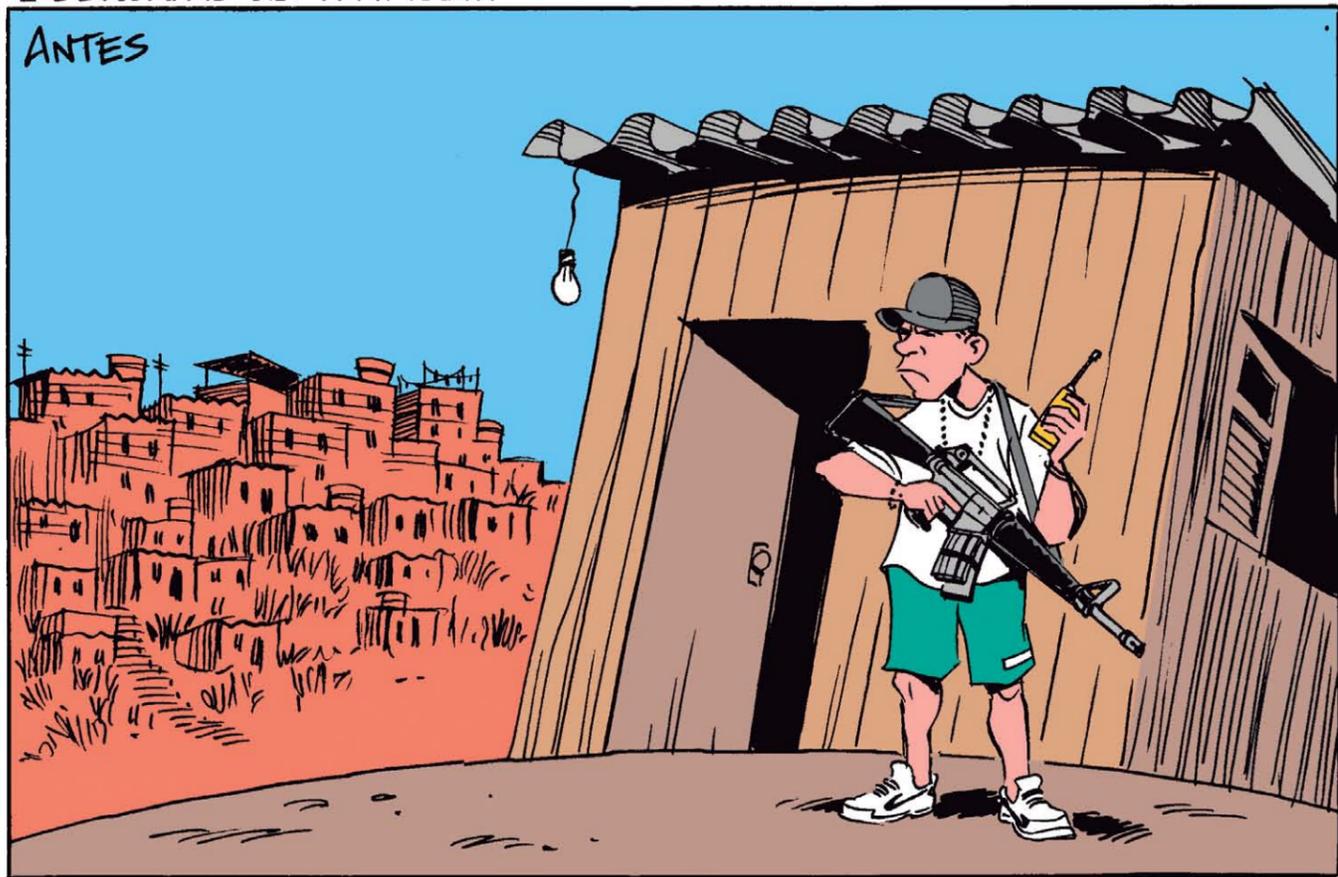
tempos da fotografia” que “assim são construídas ‘realidades’, assim é moldada a memória, à medida que: a) as imagens do mundo são produzidas e distribuídas cada vez mais por alguns poucos e poderosos impérios da informação;

b) fotografias destinadas a ilustrar notícias são selecionadas em bancos de imagens; c) inúmeras imagens que não foram utilizadas na ilustração de notícias (seja porque não agradavam esteticamente ou não se prestavam ideologicamente ou por alguma outra razão) são ‘deletadas’ nas próprias câmeras dos fotógrafos ou fora delas, interferindo não apenas na notícia ou matéria jornalística de hoje, mas também na construção da memória coletiva, que, por sua vez, estará sendo igualmente manipulada, moldada”.

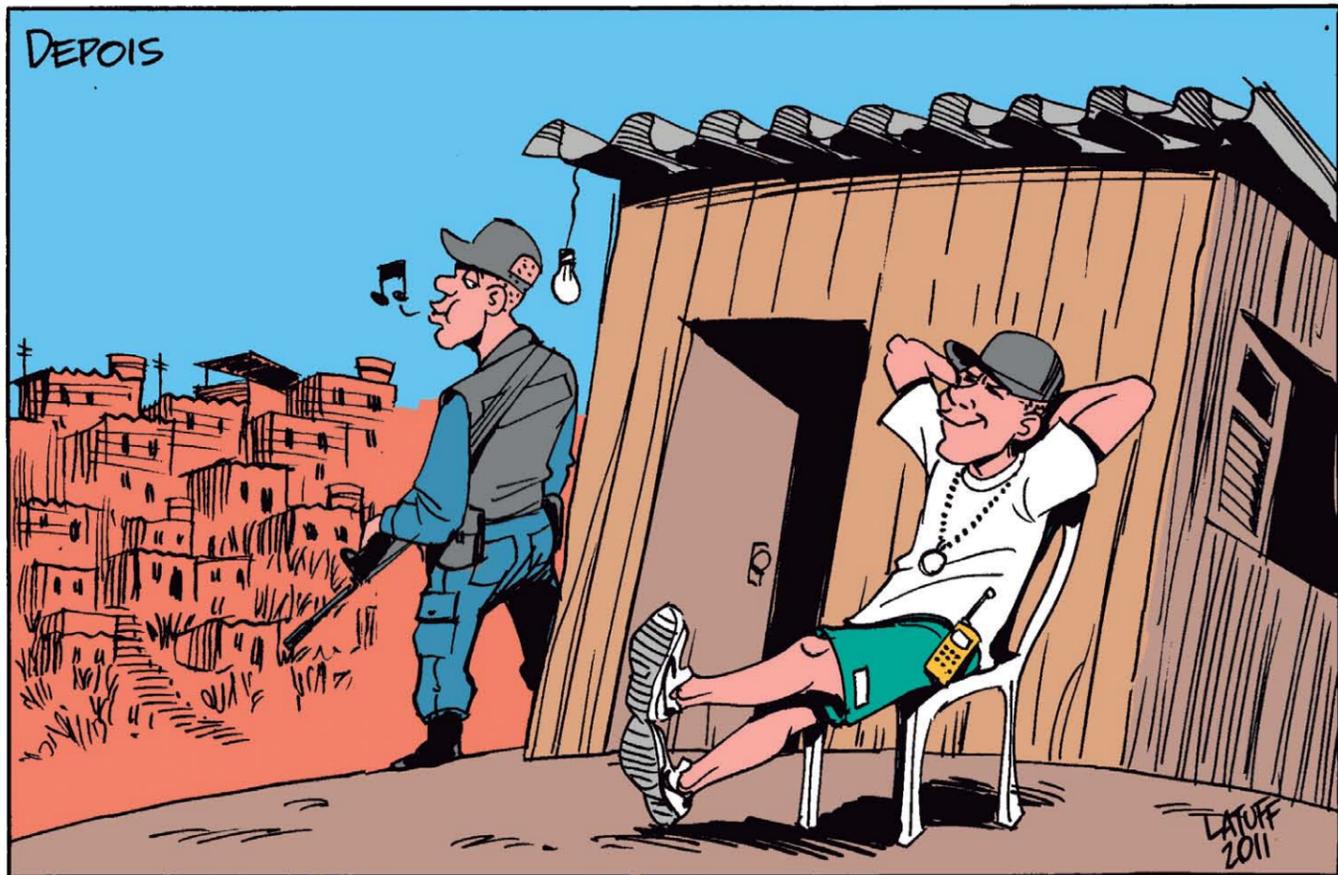
Difícilmente o povo líbio terá no futuro um destino muito diferente do vivido pelo iraquiano desde de 2003. O mais provável é que o controle sobre os poços de petróleo seja disputado pelos mesmos interesses comerciais que controlam a construção do imaginário mundial sobre esses conflitos. E a única possibilidade de influir, por menos que seja, na criação dessa ‘realidade’ é com a difusão de informações e imagens contra-hegemônicas.

*Jornalistas.

ANTES



DEPOIS



SE UMA ESTRELA
JÁ É SINÔNIMO DE QUALIDADE,
IMAGINE 5!



safetydrive
BLINDAGENS

A única blindadora certificada 5 estrelas do Rio de Janeiro.

Blindando seu carro ganhe um curso de Direção Defensiva e Evasiva ministrado por pilotos profissionais.



FIQUE POR DENTRO

SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A RSX INSURANCE CORRETORA DE
SEGUROS LTDA E O SISEJUFE APRESENTAM
Seguros de AUTO, em condições especiais para
SINDICALIZADOS, DEPENDENTES e ASCENDENTES.

Oferecemos também, para você e a sua família seguros nas modalidades:
RESIDÊNCIA, VIDA, PREVIDÊNCIA e MUITO MAIS!



Até

25%

**DE DESCONTO
NA FRANQUIA**

Exclusivo para clientes com
cartão Porto Seguro na
contratação do seguro de
automóveis pela Porto Seguro

PREÇOS COMPETITIVOS

SOLICITE UM ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO E COMPARE NOSSOS PREÇOS
LIGUE E CONSULTE NOSSOS CORRETORES!!!



(21) 3123-4938

(21) 3186-9875

(21) 3181-2710



falecom@rsxseguros.com.br

RSX

WWW.RSXSEGUROS.COM.BR

Responsabilidade e Segurança na Proteção do seu Patrimônio